

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO**

**ANÁLISE DOS ASSENTAMENTOS DE JÚLIO DE CASTLHOS/RS:
IMPLICAÇÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E A QUALIDADE DE VIDA DOS
ASSENTADOS**

DEOCLÉCIO GOMES PETRY

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Pires

SANTA MARIA

2014

DEOCLÉCIO GOMES PETRY

**ANÁLISE DOS ASSENTAMENTOS DE JÚLIO DE CASTLHOS/RS:
IMPLICAÇÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E A QUALIDADE DE VIDA DOS
ASSENTADOS**

Dissertação de Mestrado submetido à Banca de Mestrado designada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Pires

SANTA MARIA

2014

DEOCLÉCIO GOMES PETRY

**ANÁLISE DOS ASSENTAMENTOS DE JÚLIO DE CASTLHOS/RS:
IMPLICAÇÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E A QUALIDADE DE VIDA DOS
ASSENTADOS**

Dissertação de Mestrado submetido à Banca de Mestrado designada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Pires

Aprovado em 29 de setembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Pires – UFSM - (Orientador)

Profª. Dra. Angela Pellegrin Ansuj – UFSM (Examinadora Interna)

Profª. Dra. Maria Emilia Camargo – UCS (Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos aos professores do Mestrado em Geografia, pelos direcionamentos e, em especial, ao Prof. Dr. Carlos Alberto da Fonseca Pires, a quem devo a honra da orientação, além da sempre disponibilidade e do elevado saber compartilhado. Aos professores que aceitaram participar da Banca Examinadora, em especial a minha família, que fizeram de minha ausência o reconhecimento de apoio, e a todos de que uma forma ou de outra me auxiliaram nesta minha trajetória.

RESUMO

O objetivo geral desta dissertação foi analisar os assentamentos Ramada, Alvorada e Santa Júlia do Movimento Sem Terra (MST), em Júlio de Castilhos, Rio Grande do Sul e as suas implicações sociais, ambientais e a qualidade de vida dos assentados. A metodologia aplicada ao presente estudo foi pautada pela realização de um estudo de natureza descritiva e aplicada, com a utilização da metodologia de pesquisa mista, qualitativa e quantitativa, para delinear a coleta, a descrição e análise dos dados. O método misto respondeu à necessidade de entender quantitativamente a relação entre determinadas variáveis e de explorar qualitativamente os aspectos da questão de pesquisa a ser estudada. Com base na utilização de método misto, o procedimento para o levantamento das questões foi descritivo, com a técnica de coleta de dados por questionários. Pelos resultados obtidos, pode-se concluir que todos os objetivos específicos (Identificar a percepção e a preocupação dos assentados quanto o uso dos recursos naturais nos assentamentos; identificar o perfil dos assentamentos do Município de Júlio de Castilhos (Ramada, Alvorada e Santa Júlia); verificar se há diferença entre o perfil dos três assentamentos que fazem parte deste estudo; identificar as implicações sociais, ambientais; identificar a qualidade de vida dos assentados) foram atingidos e que em relação na qualidade de vida dos assentados que participaram da pesquisa, o item com maior representatividade foi relações pessoais (89,54%), seguido de Espiritualidade/religião/crenças pessoais com (88,56%) e o menor foi recursos financeiros com 0,98%. Com relação à distribuição dos itens de acordo com os domínios, através da análise fatorial, pode concluir que o domínio com maior participação na explicação da variabilidade dos itens foi o PHYS (Físico) com 21,181% seguido do PSYCH (Psicológico) com 12,678%, do SOCIAL com 10,71%, do ENVIR (Meio Ambiente) com 6,99% e de Auto-Avaliação da Qualidade de com 5,85%.

Palavras-chave: Implicações Sociais e Ambientais; Qualidade de Vida; Assentados; Movimento Sem Terra.

ABSTRACT

The overall objective of this dissertation was to analyze the settlements Ramada, Alvorada and Santa Júlia of MST in Júlio de Castilhos, Rio Grande do Sul and its social implications, environmental and quality of life of settlers. The methodology applied to this study was guided by the completion of a study of descriptive and applied nature, with the use of mixed research methodology, qualitative and quantitative, to outline the collection, description, and analysis of data. The methodology applied to this study was guided by the completion of a study of descriptive and applied nature, with the use of mixed research methodology, qualitative and quantitative, to outline the collection, description, and analysis of data. The mixed method answered the need to understand the relationship between certain variables and to qualitatively explore aspects of research issue being studied. Based on the use of mixed-method, the procedure for the removal of the questions was descriptive, with the technique of data collection by questionnaires. The results obtained, it can be concluded that all the specific objectives (Identify the perception and concern of the settlers as the use of natural resources in the settlements; identify the profile of the settlements of the municipality of Júlio de Castilhos (Ramada, Alvorada e Santa Júlia); check for difference between the profile of the three settlements that are part of this study; identify social, environmental implications; identify the quality of life of the settlers) have been met and that the quality of life of the settlers who participated in the survey, the item with higher representativeness was personal relationships (89.54%), followed by Spirituality, religion and personal beliefs (88.56%) and the lowest was financial resources with 0.98%. With respect to the distribution of items according to the fields, through factor analysis, it can be concluded that the domain with greater participation in the explanation of the variability of the items was the PHYS (physical) with 21.181% followed by the PSYCH (Psychological) with 12.678% from 10.71% of SOCIAL ENVIR (environment) with 6.99% and Auto-evaluation of the quality of 5.85%.

Keywords: Social and Environmental Implications; Quality of life; Settlers; Landless Movement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

ANCA - Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas
BANRISUL - Banco do Estado do Rio Grande do Sul
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCRAB - Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil
CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CPT - Comissão Pastoral de Terra
CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CUT - Central Única dos Trabalhadores
ENERA - Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária
FAMURS - Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
KMO - Medida de Adequação de Kaiser, Meyer e Olkin
MST - Movimento Sem Terra
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA - Movimento de Pequenos Agricultores
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
OMC - Organização Mundial do Comércio
PT - Partido dos Trabalhadores
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PO - Pastoral Operária
UnB - Universidade de Brasília
USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Sul e do Município de Júlio de Castilhos.....	65
Figura 2 - Assentamentos da cidade de Júlio de Castilhos: Assentamento Ramada (setas pretas); Assentamento Alvorada (cabeça de seta) e; Assentamento Santa Júlia (seta vermelha)	67
Figura 3 - Escola Estadual 15 de Março	69
Figura 4 - Escola Municipal São Francisco	71
Figura 5 - Salão de jogos (seta vermelha) e capela (seta preta).....	71
Figura 6 - Sede do Assentamento Santa Júlia (seta)	73
Figura 7 – Percentual da representatividade dos diversos itens na qualidade de vida ...	90
Figura 8 - Representação do percentual da Variância Total explicada por Domínios....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gênero	78
Tabela 2 - Estatísticas Descritivas dos Assentados.....	82
Tabela 3 - Estatísticas Descritivas referente a idade dos assentados por Assentamento.	83
Tabela 4 - Análise de Variância para a Idade.	78
Tabela 5 - Estado Civil	79
Tabela 6 - Escolaridade	79
Tabela 7 - Ocupação anterior.....	79
Tabela 8 - Comparação a outras pessoas da sua idade, como você classifica a sua situação financeira e bens/posses.....	80
Tabela 9 - Distribuição da renda familiar em reais.....	80
Tabela 10 - Estatísticas Descritivas referente ao salário dos três assentamentos analisados.....	80
Tabela 11- Análise de variância da renda nos três assentamentos	81
Tabela 12 - Número de filhos	81
Tabela 13 - Como se considera em relação a saúde	81
Tabela 14 - Problemas de saúde de saúde que podem interferir na qualidade de vida...	81
Tabela 15 - Caso tenha algum problema de saúde, usa medicação em função dele.....	82
Tabela 16 - Sistema de Saúde que utiliza	82
Tabela 17 - Se fuma cigarros	82
Tabela 18 - Frequência de consumo bebida alcoólica	83
Tabela 19 - O quanto você aproveita a vida	83
Tabela 20 - O quanto você se valoriza.....	83
Tabela 21 - O quanto algum sentimento de depressão lhe incomoda.....	83
Tabela 22 - Quão sozinho você se sente na vida	84
Tabela 23 - Você acha que vive em um ambiente seguro	84
Tabela 24 - Que confortável é o lugar onde você mora.....	84
Tabela 25 - O quanto você gosta de onde mora.....	84
Tabela 26 - Se tem dificuldades financeiras	84
Tabela 27 - Quão facilmente você tem acesso a bons cuidados médicos.....	85
Tabela 28 - Quão preocupado(a) você está com o barulho na área que você vive	85
Tabela 29 - Em que medida você tem problema com transporte	85
Tabela 30 - Que meio de transporte você usa	85

Tabela 31 - O quanto às dificuldades de transporte dificultam sua vida	86
Tabela 32 - Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	86
Tabela 33 - Em que medida você tem oportunidade de atividades de lazer	86
Tabela 34 - Costuma ter atividades de lazer	86
Tabela 35 - Quanto satisfeito(a) você está com a qualidade de vida	87
Tabela 36 - Em geral, quanto satisfeito(a) você está com a sua vida	87
Tabela 37 - Satisfação com a saúde	87
Tabela 38 - Quanto satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de sua família ..	87
Tabela 39 - Quanto satisfeito(a) estão com o apoio que você recebe dos amigos	88
Tabela 40 - Suas crenças pessoais dão sentido a sua vida	88
Tabela 41 - Em que medida suas crenças pessoais lhe dão força para enfrentar dificuldades	88
Tabela 42 - Em que medida suas crenças pessoais lhe ajudam a entender as dificuldades da vida.....	88
Tabela 43 - Estatística descritiva das variáveis referentes a qualidade de vida.....	89
Tabela 44 - Estatística descritiva dos domínios.....	89
Tabela 45 - Resultado KMO e do Teste de Bartlett.....	90
Tabela 46 - Fatores associados às raízes características maiores do que a unidade	91
Tabela 47 - Resultado da Matriz Rotacionada.....	92

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	13
1.1.1	Objetivo Geral.....	13
1.1.2	Objetivos específicos	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	TERRITÓRIO	15
2.2	CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA.....	16
2.3	MOVIMENTOS POPULARES	17
2.4	AS PRIMEIRAS LUTAS PELA TERRA	18
2.5	A ORIGEM E O NASCIMENTO DO MST	31
2.6	A RATIFICAÇÃO E A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST	40
2.7	ASPECTOS PARA COMPREENDER A IDENTIDADE DO MOVIMENTO 47	
2.7.1	Desenvolvimento das potencialidades.....	47
2.7.2	Disciplina	47
2.8	A ORGANIZAÇÃO DO MST	50
2.9	ESTRUTURA DO MST	51
2.10	ORGANIZAÇÕES VINCULADAS	52
2.11	A DIREÇÃO DO MOVIMENTO	53
2.12	AS PRIMEIRAS LUTAS DO RIO GRADE DO SUL	54
2.12.1	As encruzilhadas da História	54
2.12.2	O Acampamento Encruzilhada Natalino.....	55
2.12.3	A intervenção militar.....	60
2.12.4	A retirada da intervenção	63
2.13	A CIDADE DE JÚLIO DE CASTILHOS	65
2.13.1	Os assentamentos de Júlio de Castilhos	66
2.13.2	O assentamento da Ramada	67
2.13.3	Assentamento Alvorada	69
2.13.4	Assentamento Santa Júlia	71
3	METODOLOGIA.....	73
3.1	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	74
3.2	PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	74

3.3	ANÁLISE DOS DADOS	75
4	ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	75
4.1	RELATO DOS ASSENTADOS PESQUISADOS	75
4.1.1	Assentamento da Ramada	75
4.1.2	Assentamento da Santa Júlia	77
4.1.3	Assentamento da Alvorada	76
4.2	ANÁLISE QUANTITATIVA	78
4.2.1	Identificação do perfil dos assentados do Município de Júlio de Castilhos (Alvorada, Ramada) e Santa Júlia.	78
4.2.2	Análise dos Domínios	89
4.2.3	Confirmação dos Domínios através da Análise Fatorial	90
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
	APÊNDICE – 01	97

1 INTRODUÇÃO

A concentração de terras existente hoje no Brasil é reflexo e consequência do modelo de colonização e exploração que foi implantada no país com a chegada dos portugueses. O principal objetivo dos colonizadores portugueses foi satisfazer as demandas do mercado da metrópole com as riquezas aqui existentes. Os espanhóis também tinham o controle dos mares na época e que também estavam na busca de conquistas de novos territórios. Os portugueses implantaram o sistema de capitanias hereditárias para manter o controle das terras e não ser invadido por outros povos, especialmente os espanhóis. Desse modo o nosso país foi dividido em 12 capitanias (apenas 12 donos) e doadas aos capitães donatários que em troca eles deveriam manterem-se fiéis à coroa portuguesa, e assim seria garantido o controle e o domínio da nova terra.

Esse modelo de concentração de terras se mantém até hoje. A ganância dos latifundiários e do agronegócio estão cada vez mais ligados um ao outro para não dividirem aquilo que no começo era terra de todos os índios que viviam em harmonia sobrevivendo da caça e da coleta do que consumiam não havendo qualquer tipo de disputa entre eles.

Neste contexto surge a seguinte questão de pesquisa: qual a situação dos assentamentos de Júlio de Castilhos, RS, quanto às implicações sociais, ambientais, e a qualidade de vida dos assentados?

1.1 OBJETIVOS

A partir da determinação da questão de pesquisa, são apresentados os objetivos do estudo.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os Assentamentos Ramada, Alvorada e Santa Júlia do Movimento Sem terra (MST) em Júlio de Castilhos, RS e as suas implicações sociais, ambientais e a qualidade de vida dos assentados.

1.1.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral desta pesquisa, os seguintes objetivos específicos foram definidos:

- a) Identificar a percepção e a preocupação dos assentados quanto o uso dos recursos naturais nos assentamentos;
- b) identificar o perfil dos assentamentos do Município de Júlio de Castilhos (Ramada, Alvorada e Santa Júlia);
- c) verificar se há diferença entre o perfil dos três assentamentos que fazem parte deste estudo;
- d) identificar as implicações sociais, ambientais;
- e) verificar a qualidade de vida dos assentados.

Esta dissertação se apresenta estruturada em 5 capítulos, a saber: capítulo 1 apresenta a introdução. O capítulo 2, por sua vez, retrata o referencial teórico. O capítulo 3 relata a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta dissertação. No capítulo 4, apresenta-se a análise dos dados e resultados. Por fim, no capítulo 5 são destacadas as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o embasamento teórico, que fundamenta esta dissertação, desenvolvendo o tema sobre os Assentamentos do Município de Júlio de Castilhos (Ramada, Alvorada e Santa Júlia).

2.1 TERRITÓRIO

O conceito de território é utilizado na geografia desde quando esta ciência foi institucionalizada no final do século XIX. Um dos primeiros a utilizarem em seus trabalhos foi o Alemão Friedrich Ratzel. Os trabalhos deste geógrafo são tidos como os primeiros a conterem uma abordagem geográfica de território, mesmo que para ele o território fosse sinônimo de solo (SOUZA, 2009). O trabalho de Ratzel teve grande influência nos estudos elaborados na década de 1950, que tinha como principal foco a geopolítica.

Com o movimento de renovação da geografia, na década de 1970, novas abordagens começaram a ser elaboradas, o território passa a ter uma definição mais ampla, deixando de ser entendida simplesmente como o solo. Nesta época, autores como: Lacoste (1988); Gotmann (1973) e Raffestin (1993), deram sua contribuição. Este último tem sido a maior influência dos estudos elaborados no Brasil.

Para Raffestin (1993), território deve ser diferenciado do espaço, pois o território se forma a partir do espaço. É o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço (...) O território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão regional”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

Na opinião de Raffestin (1993), território é definido como um espaço onde ocorrem as relações de poder que são estabelecidas pelo conflito entre as classes sociais que tentam se apropriar de porções do espaço. O espaço é entendido como uma espécie de “matéria prima”, a qual é transferida em território pela ação dos atores sociais.

Para Saquet (2008), territorialidade pode ser entendida como valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processos de desenvolvimento, que pode ser traduzido numa territorialidade ativa.

Na concepção de Santos (1994), espaço é um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre esses objetos; não entre estes especificamente, mas para os quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais.

Para Fernandes (2000), acampamento é o espaço e tempo de transição na luta pela terra é, por conseguinte, realidade em transformação. É uma forma de materialização da organização dos sem terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento. É o local onde se mantêm a mobilização da luta. Predominantemente, são resultados de ocupações. Pois, são as ocupações que determinam a continuidade do movimento, para chamar a atenção da necessidade de manter a reforma agrária como o alvo a ser atingido.

De acordo com Fernandes (1996), o assentamento é o território conquistado, é, portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa sobretudo a possibilidade de territorialização tão sonhada.

Conquistar o assentamento faz parte da dinâmica do território, o qual viabiliza a vida do trabalhador do campo. Desse modo, o assentamento não é só a doação de uma quantidade de terra, ele é um território onde ocorrem as relações e os conflitos decorrentes da luta estabelecida na busca pela terra.

2.2 CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA

Conforme Oliveira (2001), a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista, muito pelo contrário, ela é parte integrante do capitalismo que aqui se desenvolve. Um capitalismo que curiosamente nos revela contraditoriamente a sua face dupla: uma moderna no verso e uma outra atrasada no reverso. Isso mostra que a concentração de terra no Brasil tem características muito especiais, pois em momento algum da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil.

Na concepção de Oliveira (2001), essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas extensões funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva de patrimônio, ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Ainda, para Oliveira (2001), trata-se de uma estrutura fundiária

violentamente concentrada diante de um desenvolvimento capitalista que produz um vasto contingente de miseráveis, empurrando uma parcela, cada vez maior, da população do campo para as áreas urbanas, o que ocasiona uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Pois, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham uma área igual ou inferior a 10 hectares, não terão a mínima condição de sobreviverem no campo e tornarem-se os substitutos dos pais na terra que irão herdar, pois na divisão da mesma o que caberá por herança será muito pouco, impossibilitando a sua permanência no campo.

Infelizmente a eles não restará outra alternativa, a não ser o caminho que os conduzirá à cidade, ou o caminho que os conduzirá à luta pela reconquista da terra, aquela mesma luta que os seus pais tiveram que enfrentar para ter o seu pedaço de terra.

Conforme Oliveira (2001), não se pode negar que o êxodo rural tem sido, uma das marcas da população brasileira do campo, onde essa população vem diminuindo a cada ano que passa, pois a medida que o trabalhador rural abandona o campo, o cinturão de miséria da cidade vai aumentar, e isso não é bom, tanto para o trabalhador do campo como para o trabalhador da cidade, pois a oferta de mão-de-obra, favorecerá o empresariado, que anda de mãos dadas com o latifundiário.

2.3 MOVIMENTOS POPULARES

Vários movimentos populares são ações de resistência, conforme o professor Bernardo Mançano Fernandes, geógrafo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, que vem, há mais de três décadas, estudando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Afirma Fernandes, (2000) que as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. As ocupações de terras feitas pelo MST, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração. Essas lutas são a marca histórica na busca de terra para o trabalho, indispensável para obtenção de condições de vida digna e de uma sociedade justa.

Essas ocupações foram feitas no sentido de melhorar a distribuição de terras e dar uma vida mais digna aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, tentando dessa maneira evitar o êxodo rural, e o conseqüente crescimento do cinturão de miséria a que são impostos aos que chegam nas cidades. Esses trabalhadores, por não terem um salário digno para sobreviverem irão morar na periferia das cidades, onde as condições de vida e moradias especialmente, são as piores possíveis. Possivelmente irão morar em barracos insalubres a beira de algum

córrego, não terão escolas próximas para os seus filhos, sem contar com as dificuldades para compra de material escolar e roupas para se agasalharem em dias de muito frio.

2.4 AS PRIMEIRAS LUTAS PELA TERRA

Entre os movimentos que há muito tempo são realizados em defesa da classe do trabalhador rural alguns merecem especial destaque, pois serviram de base para o surgimento do Movimento Sem Terra, cujo tema é o objetivo principal deste trabalho como:

a) As Lutas de Sepé Tiarajú na defesa dos povos Guaranis, nos séculos XVI e XVII, onde, segundo Fernandes (1999), cerca de 350.000 indígenas trabalhavam como escravos na economia do país. Esse foco de resistência se deu no Sul do Brasil, especificamente, na fronteira com a Argentina, Paraguai e Uruguai pois este território era disputado por Espanhóis e Portugueses, local este onde foram organizadas as Reduções Religiosas pelos padres jesuítas com o objetivo de difundir a religião católica. Nestas terras viviam os 30 Povos Guaranís, os quais chegaram a uma população de cerca de 12.000 indígenas. Constantemente eram atacados pelos exércitos de Portugal, Espanha, e também pelos bandeirantes. Lutavam até a exaustão extrema, sob a liderança de Sepé Tiarajú, que dizia que *“Esta terra tem dono e nos foi doada por Deus e São Miguel”*. Mas em 1756, o ataque aos índios foi um verdadeiro massacre e que acabou na morte de Sepé Tiarajú. A escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão negra, ao mesmo tempo que a maior parte dos grupos indígenas foi quase que totalmente dizimada (PREZIA e HOORNAERT, 1989, p. 91-9);

b) A luta de Zumbi dos Palmares que defendia o direito de terra para o seu povo que também sofria com a exploração imposta pelos senhores de terra. Segundo Laureano (2007), esta luta teve o seu início no final do século XVI, onde a lavoura de cana-de-açúcar era a principal atividade econômica do Brasil do período colonial. Cerca de 15.000 trabalhadores foram retirados a força da África e aqui eram obrigados a trabalharem como escravos nos engenhos de açúcar do nordeste. Mas já por volta de 1597, forma-se a primeira resistência para fazer frente aos desmandos que eram impostos aos trabalhadores africanos, e ouve-se a primeira notícia de formação de um quilombo na região. Os quilombos eram territórios livres onde viviam negros, indígenas e trabalhadores livres que eram considerados marginalizados. Esses quilombos representam a resistência desses grupos frente à opressão a que foram submetidos. Ainda, na visão de Laureano (2007), Palmares foi o mais forte dos quilombos. Era composto de um conjunto de povoados socialmente organizados que formou a União de Palmares. O de maior destaque foram os *Andalaquituche, Zumbi, Tabocas, Subupira,*

Macaco, Osenga. Os povoados eram formados pelos núcleos de moradia, chegando a existir mais de 1.500 casas protegidas por paliçadas. Em suas terras os palmarinos cultivavam roças de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, e estava localizado a cerca de setenta quilômetros do litoral, próximo a Serra da Barriga, em Alagoas, onde chegaram a viver cerca de 20.000 pessoas;

c) Também merece destaque Antônio Conselheiro em Canudos. Segundo Fernandes (1999), foi o maior exemplo da organização e de resistência camponesa no Brasil. Conselheiro e seus seguidores instalaram-se na fazenda Canudos em 1893, na Bahia, onde camponeses e ex-escravos que foram excluídos das políticas públicas e também sem acesso a terra, não tiveram outra opção a não ser se reunir para defenderem os seus direitos e resistirem contra a opressão. Cerca de 10.000 pessoas se uniram em um lugar que passaram a chamar de Belo Monte, onde o trabalho era realizado por meio de cooperação e todos tinham acesso à terra. Os sertanejos desenvolveram uma forma solidária de comunidade por meio de um fundo comum para a garantia daqueles que não tinham como viver dignamente, especialmente os idosos e os desvalidos.

Ainda segundo Fernandes (1999), os moradores de Canudos foram acusados falsamente pelo governo da república de defenderem a volta da monarquia. Foram atacados por expedições militares de quase todo o Brasil, onde mais de 5.000 soldados combateram contra os sertanejos de Conselheiro, de outubro de 1896 a outubro de 1897, os ataques do exército foram enfrentados e refreados até o cerco completo e o massacre do povo de Canudos.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1897, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados (CUNHA, 1982, p.433).

d) Outro movimento em defesa de terras foi a Guerra do Contestado, no início do século XX. Ela marcou a luta dos camponeses pela terra na região dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Martins (2003), afirma ser a maior guerra popular da história contemporânea do Brasil. O movimento ocorreu entre os anos de 1912 e 1916, e totalizou cerca de 20.000 pessoas e deixou um saldo de aproximadamente três mil pessoas mortas. Este movimento caracterizou-se pela “insurreição dos pobres do campo”. O que motivou o conflito foi a concessão que o governo brasileiro fez em 1908 à empresa norte-americana *Brazil Railway Company*, para a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande, onde uma faixa de terra de 30 quilômetros de largura foi explorada e desflorestada por essa empresa que comercializou

as madeiras no Brasil e no exterior. Milhares de famílias que viviam nessas terras foram expropriadas, e expulsas brutalmente e ainda com o fim da construção da ferrovia, quando aproximadamente 8.000 (oito mil) trabalhadores, contratados em outros Estados da federação, ficaram desempregos. Conforme Fernandes (1999), relata “Sem terra e sem emprego, perambularam pelo sertão, ocupando terra, saqueando e muitas vezes se oferecendo como jagunços para conseguirem emprego junto aos coronéis”.

Segundo Laureano (2007), essa situação era insuportável até que, em 1912, um homem que se dizia curandeiro, denominado de monge José Maria, organizou um movimento camponês de caráter político-religioso na região. O monge José Maria foi perseguido e acusado de ser monarquista. Retirou-se, então, com seus seguidores, para uma região denominada Irani, área contestada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. A chegada dos camponeses foi tomada como uma invasão de catarinenses. Atacados pela Polícia Militar do Paraná conseguiram derrotar as forças policiais. Contudo, no combate o monge foi ferido e morto.

Conforme Fernandes (1999), no final do ano de 1913, na região de Taquaruçu, em Santa Catarina, ressurgiu o movimento messiânico. Unem-se os coronéis, a empresa Brasil Railway e o governo que mobilizaram as tropas federais para enfrentar os camponeses. No primeiro ataque, a tropa foi derrotada e bateu em retirada, abandonando munição e armas. Em fevereiro de 1914, o movimento era composto por mais de 10.000 pessoas. O segundo ataque foi de surpresa, de madrugada, quando o arraial onde viviam os camponeses foram atacados com tiros de canhão e centenas de bombas. O lugar foi arrasado. Os sobreviventes fugiram para um novo reduto: o arraial de Caraguatá, no coração da região do Contestado.

Neste reduto, passaram a viver cerca de 5.000 pessoas, onde não existia propriedade, já que a terra era um bem comum. Novamente, o governo da República, acusando-os de monarquistas, enviou tropas para atacar esse movimento insurgente, em 9 de março de 1914.

Novamente, as tropas foram rebeladas. Por causa de uma epidemia de tifo, os camponeses mudaram de lugar, formando pequenos núcleos. Outra vez, foram atacados e numa luta sangrenta, as tropas destruíram o principal núcleo de resistência. Então da defensiva os camponeses passaram à ofensiva.

Em setembro de 1914, eram mais de 15.000 pessoas. Acusando o governo de assassinar os trabalhadores e entregar as terras para empresas estrangeiras, passaram a atacar fazendas e cidades e controlaram partes de ferrovia. A guerra final aconteceu em dezembro, quando 7.000 homens do exército, mil policiais e trezentos jagunços iniciaram um conjunto de ataques. Aviões foram utilizados para levantamento das localizações dos redutos

camponeses. Foram encurralados e sem suprimentos começava o fim da resistência (DERENGOSKI, 1987).

Martins (1991, p. 60) observa que:

Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destroçados. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do Campo (MARTINS, 1991, p. 60).

e) Também destacamos o Cangaço que foi a rebelião dos pobres contra os coronéis, onde era questionado o poder dos mesmos, porque coronealismo e latifúndio sempre estiveram de mãos dadas no Brasil, e ambos fornecem a base de oposição à organização dos trabalhadores do campo. O cangaço foi uma forma de questionar o poder dos coronéis, os integrantes dessa organização exerciam uma forma de banditismo social, os mais conhecidos foram Lampião e sua companheira Maria Bonita que também puseram em xeque o poder dos coronéis já que desafiavam o poder dos coronéis.

Segundo Fernandes (1999), o Cangaço foi uma forma de organização de camponeses rebeldes que atacavam fazendas e vilas. Os grupos eram formados principalmente, por camponeses em luta pela terra, que haviam sido expulsos das mesmas pelos coronéis. Os cangaceiros replicavam, vingando-se em uma ou mais pessoas da família do fazendeiro. Os diferentes grupos cangaceiros desenvolviam suas ações por meio de saques nas fazendas e nas casas comerciais. Alguns, como no caso do bando de Lampião, não distinguiam o rico coronel do camponês. Essa forma de banditismo colocava em questão o próprio poder do coronelismo.

f) As Ligas Camponesas, conforme Fernandes (1999), foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros, e meeiros que resistiram à expropriação, e expulsão da terra e ao assalariamento, e que tratarei mais detalhadamente por serem elas em quem o MST teve como um importante referencial no seu desenvolvimento a ponto de ser considerado seguidor das Ligas Camponesas, segundo João Pedro Stédile, *“o MST nasceu no Sul em função de um conjunto de fatores, que tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim, nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas”*.

Em 1954, em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, em uma propriedade denominada Engenho da Galiléia, foi fundada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco, que por sua forma de organização ficou conhecida como a Liga Camponesa da Galiléia. Os seus associados eram foreiros que pagavam ao fazendeiro renda da terra em forma de aluguel anual (foro).

Segundo Stédile (2002), foi a partir de 1955, que surgiram as mais contundentes organizações camponesas no Brasil, as Ligas Camponesas. As Ligas mobilizaram durante 10 anos, milhares de camponeses brasileiros, gerando revoltas e esperanças e propiciaram, acima de tudo, dignidade a milhares de cidadãos que viviam no interior, em especial no nordeste do Brasil. O local, O Engenho Galiléia, em Pernambuco. As Ligas tiveram um crescimento muito grande, início de 1964, ano do Golpe Militar somavam um total de 2.181, que estavam distribuídas por 20 Estados do país.

Foi com o retorno ao regime democrático ao fim da ditadura Vargas, em 1945, que ocorreu as condições para a mobilização das massas camponesas na maior parte dos Estados brasileiros, segundo Morais (2002), foi o primeiro sindicato de trabalhadores rurais a conseguir o registro foi o dos trabalhadores de Campos no Estado do Rio de Janeiro em 1933, mesmo não havendo proibição para a organização dos trabalhadores em sindicatos, a criação legal desses era quase impossível devido ao tortuoso procedimento burocrático para se ter o registro de uma entidade sindical.

Ainda para Morais (2002), as Ligas Camponesas, a partir de seu ressurgimento em 1955, deixaram de ser organizações para se tornarem um movimento camponês que contagiou grandes massas rurais e urbanas, com ampla repercussão nacional e internacional.

É importante destacar que nesses quase 60 anos passados, as Ligas Camponesas já tinham plena consciência, de que ter leis a favor da reforma agrária não era determinante, e que era preciso fortalecer e legitimar a organização dos camponeses para lutar, sem pressão no governo não há lei que funcione. A lei sem cidadania não resolve quase nada. É claro que “a reforma agrária na marra” não significa de “qualquer jeito”. As Ligas assim com o MST hoje, tinham plena consciência que a progressão nas relações entre os interessados pela posse da terra dependia em grande parte da maneira do governo intervir.

Stédile (2002) salienta que, assim como as Ligas, o MST, deve ter autonomia, pois uma organização sem autonomia não se manterá forte, mesmo estando vinculada a uma ligação partidária, pois se o partido se dividir o movimento de dividirá também.

Conforme Laureano (2007), a história de organização e a opção pela autonomia das Ligas Camponesas, frente à influência dos partidos políticos ou da organização dos

trabalhadores urbanos ou de outras lideranças externas ao movimento, vai ser bastante significativa para o MST. Stédile (2002) lembra que, como organização social as ligas foram destruídas, *“mas haviam semeado em terra fértil”*. Suas experiências ficaram apenas adormecidas e ressurgiram em diversos outros movimentos sociais no campo brasileiro no momento de redemocratização do país após a ditadura militar. Entre os movimentos sociais que rebrotaram está o MST. *“Por isso, muito nos orgulhamos de sermos descendentes desse grande movimento camponês, as Ligas Camponesas”*.

Outro fator importante e que merece destaque é que as Ligas Camponesas foram responsáveis pela formação de uma grande quantidade de líderes, entre esses destacou-se, o advogado e deputado estadual pelo PSB, Francisco Julião, ele era entre os membros do primitivo Conselho Regional das Ligas, o advogado mais experiente e assim projetou-se como presidente de honra do movimento camponês. O Partido Comunista teve um papel fundamental na organização dos trabalhadores rurais, que até então estavam sob a tutela e eram reféns dos coronéis que usavam do poder político conforme os interesses dos grandes latifundiários. Segundo Fernandes (1999), em 1954, o PCB criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), afim de coordenar as associações camponesas. Com essa organização, o Partido Comunista pretendia criar condições necessárias para formar uma aliança política entre os operários e os camponeses. Com raras exceções, os líderes da ULTAB eram camponeses. Eram outros trabalhadores indicados ou impostos pelo partido. Somente em Pernambuco, onde estavam organizadas as Ligas Camponesas, e no Rio Grande do Sul, onde existia o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), é que a ULTAB não se fixou.

Por sua vez, o PTB tinha uma estratégia própria, segundo estudo realizado por Gustin e Vieira (1995) encontra-se:

No projeto trabalhista a questão agrária ficou inicialmente silenciada, pela necessidade de apoio dos agrários ao projeto de industrialização. No segundo governo Vargas o Ministro do Trabalho, João Goulart, começa a estimular a sindicalização rural. Vargas nomeia comissão para fazer proposta de reforma agrária. Nos anos de 1960 a dinâmica dos conflitos no campo e o projeto nacional-desenvolvimentista passam a reforma agrária para a ordem do dia. Ela surge como transformação econômica. Seria necessária para a criação de um mercado interno para a indústria nacional e para a ampliação da produção de alimento diminuindo o custo de reprodução da força de trabalho. Mas ela para o enfraquecimento das oligarquias liberais e para o fortalecimento eleitoral dos petebistas no campo. Nesta perspectiva, a sindicalização rural e a reforma constitucional que facilitasse a reforma agrária eram estimuladas pelos trabalhistas (GUSTIN e VIEIRA, 1995,p. 294).

No Rio Grande do Sul, conforme Fernandes (1999) O MASTER, surgiu no final da década de cinquenta, na resistência de 300 famílias de posseiros em Encruzilhada do Sul, e nos anos seguintes se territorializou por todo o estado. Em 1961, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola passou a apoiar o movimento. Os agricultores sem-terra eram: o assalariado da granja, o parceiro, o peão e também os pequenos proprietários e os filhos destes. Em 1962, os sem-terra começaram a organização de acampamentos. Esta era uma singularidade do MASTER, que ao se aproximar das cercas do latifúndio, tornava-se uma ameaça concreta. Estes trabalhadores não estavam resistindo para não sair da terra, como era o caso dos *foreiros* das Ligas Camponesas. Eles estavam pelejando para entrar na terra. Foram vários acampamentos. Um grande acampamento foi montado em Sarandi, em uma fazenda com o mesmo nome do município, na região Noroeste do estado. Com o suporte do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o partido do governador, o movimento cresceu. Com a derrota do PTB nas eleições de 1962, o movimento sofreu diversos ataques do governo estadual, de instituições e entidades, além de despejos dos acampamentos. Essas ações enfraqueceram o MASTER que permaneceu no cenário da luta pela reforma agrária até 1964 (ECKERT, 1984).

Um outro passo importante para a organização e defesa dos interesses dos trabalhadores do campo aconteceu com criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) como relata Fernandes (1999), a fundação de sindicatos era a forma de organização defendida pelas principais instituições de apoio à luta, e pelo governo federal. Era uma posição política frente ao crescimento das diversas organizações camponesas. Criavam-se as condições para institucionalizar mais essas organizações, transformando-as em sindicatos subordinados ao governo, enfraquecendo, assim, os movimentos camponeses. Em 1962, com a regulamentação da sindicalização rural, começou a arrancada com a finalidade de transformar as organizações em sindicatos, para depois formar as federações e a confederação. Foram realizados vários encontros locais e estaduais, mas de fato, a maioria dos trabalhadores estava à margem desse processo de disputa, que acontecia no âmbito das cúpulas das organizações.

Ainda conforme Fernandes (1999), o Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica disputavam esse espaço, com a perspectiva de terem o controle político da futura federação. Em julho de 1963, em Natal, foi realizada a primeira Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais. Nesse evento, com a participação de sindicatos ligados à Igreja Católica, sendo a grande maioria do Nordeste, foi proposto a fundação de uma confederação sindical. No final deste ano, as federações cristãs do Rio Grande do Norte, Sergipe e Pernambuco apresentaram

ao Ministério do Trabalho os documentos para criação da confederação. Mas, como existiam outras 19 federações esperando a tramitação de seus documentos junto aos órgãos do governo, essa tentativa de fundar primeiro a confederação foi frustrada. A ULTAB reunia a maior parte das federações e derrubou a pretensão católica. Em dezembro, num acordo entre estas instituições, formou-se uma lista única, com candidatos das duas tendências e foi criada a Confederação Nacional (CONTAG).

Ainda com referência as lutas pela conquista da terra elas também ocorreram em outros estados como Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Maranhão, Rio de Janeiro, e São Paulo.

Em Minas Gerais, nos vales dos rios Mucuri e Doce, os posseiros formaram vários movimentos camponeses e resistiram à expropriação. Na região de Governador Valadares, desde o início da década de 40, os posseiros enfrentaram fazendeiros interessados naquelas terras, por causa da construção da rodovia Rio – Bahia. Para formar fazendas, os fazendeiros impuseram aos posseiros a condição de derrubar a mata para a formação de pastos, e só poderiam plantar subsistência. Desse modo, com a formação das fazendas, os posseiros foram sendo expulsos da terra e se organizaram, o que fez aumentar a violência dos fazendeiros contra eles. Durante a gestão do presidente João Goulart, os posseiros exigiram que uma fazenda experimental, de propriedade do governo federal, invadida pelos fazendeiros, fosse desapropriada. A reação dos fazendeiros foi imediata e se organizaram para impedir a desapropriação da fazenda, que estava marcada para o dia 30 de março de 1964. No dia seguinte, com o golpe militar, muitos trabalhadores foram presos e torturados, interrompendo, naquele momento, a perspectiva de conquista daquelas terras (MARTINS, 1981, p.67 e PEREIRA, 1990).

Conforme Fernandes (1999), nesse mesmo período, entre os vales dos rios Mucuri e Doce, agora no Espírito Santo, na porção noroeste do estado, ocorreram vários conflitos, onde muitos camponeses foram assassinados pela Polícia Militar e jagunços. Nessa região está localizado o município de Ecoporanga. No final da década de 40, a região era contestada pelos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Essas terras estavam ocupadas por posseiros e passaram a ser disputadas por fazendeiros – grileiros, que procuravam tirar vantagem daquela situação indefinida. Os posseiros se organizaram procuraram o apoio de deputados estaduais. Foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito que registrou as atrocidades cometidas contra as famílias que resistiam à expulsão. A fonte da violência era a aliança entre o governo estadual e os latifundiários – grileiros, que promoveram uma intensa guerra contra os posseiros, com o objetivo de se apropriarem das terras daquela região.

Sempre que foi preciso, o governo enviou tropas militares para enfrentar os camponeses revoltosos. Os ataques da Polícia Militar resultavam em queima de roças, de casas e assassinatos. Também, os grileiros colocavam seus jagunços na tentativa de conter a organização dos camponeses. Os pistoleiros circulavam pelas cidades e distritos ostentando suas armas. Em meados da década de 50, o Partido Comunista Brasileiro enviou alguns militantes para contribuir com a organização dos posseiros. Essa luta resistiu até o golpe de 1964, quando foi intensamente reprimida e seus militantes foram dispersos ou presos (DIAS, 1984).

Em Goiás, no norte do estado, com a construção da Transbrasiliana e por causa do projeto de colonização promovido pelos governos federal e estadual, as terras da região foram valorizadas, segundo Fernandes (1999), as terras devolutas, ocupadas por posseiros, passaram a ser griladas por fazendeiros. O processo de legalização fundiária foi feito por meio de documentos falsos. Forjada a situação, os grileiros passaram a intimidar os camponeses, propondo-lhes o pagamento das benfeitorias para que saíssem da terra. Os camponeses recusaram a proposta e foram ameaçados pelos jagunços dos grileiros. Com a resistência dos camponeses, os grileiros fizeram outra proposta: eles ficariam nas terras desde que formassem pastos para os fazendeiros. Diante de nova recusa, os camponeses foram atacados e tiveram suas casas e roças queimadas. Um dos camponeses atacados, foi José Porfírio, que viria e se tornar uma importante liderança do movimento de resistência camponesa de Trombas e Formoso.

Trombas e Formoso eram dois povoados localizados no município de Uruaçu. Esses povoados foram atacados por jagunços e pela Polícia Militar. Com a intensificação dos conflitos na região, O Partido Comunista Brasileiro enviou militantes para acompanhar a resistência e colaborar com a organização dos trabalhadores. Formaram os Conselhos de Córregos que sustentavam a resistência armada pela defesa contra os ataques dos jagunços e da polícia (FERNANDES, 1999). No final da década de 50, toda a região estava organizada e dominada pelos posseiros. Fundaram a Associação dos Lavradores de Trombas e Formoso, e elegeram José Porfírio a deputado estadual, em 1962, fortalecendo o movimento e conquistado espaço político para negociar com o governo a manutenção da posse da terra. Criaram o município de Formoso e a região da resistência tornou-se território dos camponeses. Fundaram vários sindicatos, realizaram encontros e congressos, participaram dos eventos nacionais e tornaram-se uma importante referência no processo de formação camponesa na luta pela terra. Com o golpe de 1964, muitos líderes foram presos e torturados. José Porfírio refugia-se em Balsas, no Maranhão. Descoberto pela Polícia Federal, retorna

para a região de Trombas e Formoso e viveu clandestinamente. Foi preso em 1972 e solto em 7 de julho de 1973. Dois dias depois desapareceu. Suspeita-se de sequestro e assassinato (BARBOSA, 1988 e MEDEIROS, 1984).

No Paraná, no norte e no sudeste do estado, ocorreram diversos conflitos pela terra. Na região do Porecatu aconteceu um enfrentamento armado entre posseiros e a polícia. Desde meados da década de 40, os posseiros estavam em luta com um grande latifundiário, que recebia proteção do governador do Estado, envolvido em negócios irregulares com a compra e venda de terras. A Polícia realizava violentos despejos e os posseiros se armavam para resistir. Em 1950, o Partido Comunista Brasileiro enviou militantes para tomar parte da luta armada. Com o aumento do conflito e com a mudança de governo, as terras em questão foram declaradas públicas e destinadas à desapropriação. Os últimos resistentes foram desarmados e presos pela polícia.

No sudeste do estado, também aconteceram manobras ardilosas com as terras devolutas, entre o governo e os latifundiários, gerando conflitos com os trabalhadores que lá viviam. Eram camponeses que migraram do Rio Grande do Sul em busca de novas terras, desbravavam e tomavam posse, organizando a ocupação da região. Também vieram para o Sudeste camponeses da região do Contestado, trazidos pelo governo para instalação de uma colônia, denominada Bom Retiro, que deu origem ao município de Pato Branco. Nos primeiros anos da década de 50, foi criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório, para o povoamento da faixa de fronteira.

Nesse tempo, entrou em cena a empresa Clevelândia, Industrial e Territorial Limitada, que em uma negociata passou a ter o controle das terras. Os colonos pioneiros que ocuparam terras, foram declarados posseiros pela empresa, que ameaçava-os com despejos. A empresa ameaçava os trabalhadores com a expulsão a não ser que comprassem as terras em que viviam e trabalhavam. A situação levou os camponeses à revolta. O governador Moisés Lupion, famoso grileiro do estado, deu todo apoio a Clevelândia, que obrigava os colonos a assinar contratos de arrendamento. Os que se recusavam eram violentamente arrancados de suas terras. As terras tomadas eram repassadas para amigos e parentes do governador, que as utilizavam para tomar dinheiro emprestado com o Banco do Estado. No primeiro semestre de 1957, os camponeses revoltosos armaram-se e enfrentaram os grileiros. Organizaram-se em Pato Branco, Capanema, e Francisco Beltrão, onde tomaram a cidade. O governo mandou tropas militares para negociar com os colonos uma solução para o conflito. Contudo, a questão só foi amenizada em 1962, quando o governo Goulart criou o Grupo Executivo de

Terras do Sudeste do Paraná, que iniciou a entrega de títulos definitivos aos colonos (GOMES, 1986).

Em meados da década de 50, na região do Pindaré chegaram famílias expulsas do vale do Mearim, que foram expulsas do Piauí e que vinham expulsas do sertão do Ceará. Nessa mesma época, iniciou o processo de grilagem da região, expulsando novamente muitas famílias, que partiram para o oeste e sudeste do Maranhão, sempre em busca da terra liberta e da conquista de liberdade. Assim, camponeses migrantes e expulsos chegaram na região que depois se tornaria conhecida como Bico do Papagaio.

De 1950 a 1960, muitas famílias sem-terra migraram para a região que se transformou em grande produtora de arroz. Chegaram os grileiros, constituíram a elite local e logo tornaram-se o poder político da região. Alianças políticas, entre prefeitos, governadores e grileiros, formaram o pacto da grilagem das terras do Oeste Maranhense. O interesse dos grileiros por essas terras tinha como pressuposto o trabalho dos camponeses, que haviam ocupado as terras e formado roças. Desde essa época iniciaram os conflitos entre grileiros e posseiros que transformaria a região em uma das mais violentas do Brasil, com intensos conflitos por terra e de contínua resistência dos camponeses. (SADER, 1986 e ASSELIN, 1982).

No Rio de Janeiro, a grilagem de terras também foi uma forte marca dos conflitos entre posseiros e grileiros, por causa do desrespeito a posse das terras, os posseiros lutaram contra os jagunços e policiais, que recebiam apoio de deputados e juizes. Para protestar contra os despejos, os trabalhadores realizaram marchas até a Assembleia Legislativa, ao Palácio do Governo e ao Palácio da Justiça, para denunciar as injustiças contra as famílias camponesas. Com a ocorrência de vários protestos, as ações de despejos diminuíram, mas em pouco tempo, a persistência dos grileiros provocava novos conflitos. Os trabalhadores começaram a construir sua forma de organização: primeiro criaram comissões e depois fundaram a Associação dos Lavradores Fluminenses, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro.

O aumento dos despejos cada vez mais violentos, com queima de casas e lavouras, fez os camponeses se armarem e desafiarem as pretensões dos grileiros. Com o avanço da luta, os lavradores fluminenses passaram a intensificar as ocupações de terra. Os enfrentamentos ocorreram em quase todo o estado, principalmente nos municípios de Nova Iguaçu, Cachoeiras de Macacu e Duque de Caxias. Neste município, no início da década de 50, num conflito fundiário em terras griladas, o juiz determinou o despejo dos posseiros, que acamparam em frente ao Palácio do Governo. Depois de um acordo com o Governo do Estado, foram transferidos para o município de Casimiro de Abreu.

Em 1963, José Pureza, uma liderança histórica do movimento camponês fluminense, coordenou uma ocupação no município de Campos. Desde 1959, havia um documento na Assembleia Legislativa que previa a regularização fundiária daquela região. Os usineiros controlavam as terras e agiram rapidamente numa reação em cadeia, quando utilizaram seus jagunços e a polícia para impedir o avanço dos camponeses. Com a intensificação do conflito, o governo decretou a área de interesse social para fins de desapropriação. Todavia os conflitos não pararam. Um posseiro foi assassinado e os técnicos do governo foram impedidos, pelos jagunços dos usineiros, de fazer a demarcação das terras. Anos depois o governo militar revogou o decreto e as famílias ocupantes foram transferidas para outra região. As lutas cresceram em todo o estado até 1964, quando o movimento camponês fluminense também foi extinto pelo golpe militar de 1964 (PUREZA, 1982 e MEDEIROS, 1989).

Durante as décadas de 50 e 60, os conflitos por terra e as greves foram constantes em todo o estado de São Paulo. A luta para resistir na terra, a luta para conquistar a terra e a luta dos trabalhadores assalariados marcaram esses períodos, em que o secular processo de grilagem prosseguia, devorando a terra e o trabalho dos posseiros, bem como aumentava a exploração dos trabalhadores arrendatários e assalariados. Nas regiões de Ribeirão Preto e Araraquara aconteceram várias greves por melhores salários e, também, para poder receber os salários. No Pontal do Paranapanema, desde o final do século passado, os grileiros continuavam com a derrubada da floresta tropical, transformando-a em pastos, apropriando-se das reservas florestais do Estado. Para desmatar a região, exploravam o trabalho das famílias sem-terra, consentindo que plantassem para a subsistência, enquanto derrubavam a mata. Formados os pastos, as famílias eram expulsas e as que resistiam eram atacadas por jagunços, que queimavam a morada e a roça. Assim, formava-se um dos maiores grilos de terra do estado de São Paulo (FERNANDES, 1999).

Um grupo enorme de trabalhadores do campo foram expulsos de suas terras em função da construção de grandes usinas hidroelétricas com enormes barragens para ampliar as fontes geradoras de energia. Esses trabalhadores eram posseiros, arrendatários e parceiros, os atingidos por barragens, pequenos proprietários; também foram expulsos de suas terras os seringueiros da região Norte especialmente do Acre, que resistiram à destruição dos seringais nativos e a substituição por pastagens; bem como os pequenos produtores do Sul do país, além dos pequenos proprietários cujos filhos perceberam que a sua permanência na terra seria muito difícil, visto que as mesmas eram insuficientes para todos continuarem a viver no campo, e todos acabaram por formar o grupo de **sem-terra**.

Após as lutas dos camponeses pela conquista da terra surge o Movimento Sem Terra (MST). O MST foi fundado em 1984, mas para que isso acontecesse nesta data houve um processo de construção que começou cinco anos antes, essa luta pela terra caminha a revelia da existência ou não de um plano de reforma agrária, a luta pela terra é uma luta empreendida de forma popular, enquanto que a reforma agrária é competência do Estado, o qual não vem fazendo, pelo menos não como deveria no entender dos movimentos sociais, os quais são comprometidos com a luta desse importante setor da sociedade.

Segundo Fernandes (1999), a luta pela terra é compreendida por **duas** manifestações políticas principais: **a ocupação** da terra que acontece diariamente e tem sido a principal forma de acesso à terra no Brasil, e **as marchas** de diversos movimentos camponeses para pressionar o Estado na realização de políticas públicas, como por exemplo a políticas de crédito, de educação e moradia que acontecem periodicamente.

O Estado tem mantido a reforma agrária na pauta de sua política graças as ações feitas pelos trabalhadores do campo. Apesar de toda a pressão o Estado sofre, não tem havido vontade política para reforma agrária a contento, pois não consegue desconcentrar o latifúndio existente no país.

O MST, como o movimento social rural mais organizado neste final de século, representa, no conjunto da história recente deste país, mais um passo na Longa Marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra. Essa luta camponesa revela a todos os interessados na questão agrária um lado novo e moderno. Está lutando para conquistar a terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir como capital de reserva ou de reserva patrimonial às classes dominante. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira. Revela uma estratégia de luta. Acreditando ser possível, hoje a construção de uma nova sociedade, dotada de justiça, dignidade e cidadania (OLIVEIRA, 2001).

Segundo Oliveira (2001), as transformações profundas pelas quais a agricultura brasileira passou no século XX revelam suas contradições, presentes no interior da estrutura agrária, e seu componente contemporâneo: a luta pela reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos. Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista da sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania.

O MST, não é o único movimento social na história do Brasil. Ele é parte da luta do campesinato brasileiro mas, sem dúvida alguma, é hoje o principal destes movimentos e tem uma organização mais sólida e de caráter nacional. É ele que está soldando a possibilidade de vitória da luta destes diferentes setores que formam o campesinato brasileiro, e seu binômio de ação é o acampamento-assentamento, é um movimento que articula simultaneamente a espacialização da luta, combinando-a contraditoriamente com a territorialização deste próprio movimento nos assentamentos (OLIVEIRA, 2001).

O MST, também é um movimento diferenciado, pois respeita as decisões tomadas coletivamente. É um dos poucos lugares deste país onde a discordância se dá na discussão de uma determinada concepção ou na tomada de uma decisão, mas vencida uma proposta, ela é abraçada por todos e defendida por todos, isso infelizmente não acontece com os partidos políticos e nos sindicatos.

2.5 A ORIGEM E O NASCIMENTO DO MST

Em 1964, ano em que foi implantado o regime militar através de um golpe de Estado que contou com o apoio da elite agrária e da classe conservadora estavam com receio que o então presidente João Goulart implantasse as reformas de base que havia prometido implantar no país, tais como: Reforma Agrária, com emenda suprimindo da Constituição o artigo que previa a indenização prévia e em dinheiro ao proprietário da terra; Reforma Política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças, segundo a doutrina de que “os alistáveis devem ser elegíveis”; Reforma Universitária, assegurando plena liberdade de ensino e abolindo o caráter vitalício da cátedra; Reforma Constitucional, para delegação dos poderes legislativos ao presidente da República; Consulta à vontade popular, através de plebiscito, para o referendo das reformas de base.

Os militares, sempre marcaram sua presença nos mais diversos momentos da organização política em nosso país. Isso já ocorreu por ocasião da proclamação da República lá no ano de 1889, com o Marechal Deodoro da Fonseca. Com o passar do tempo foram sempre acompanhando o processo político pelos quais foram os responsáveis pela sua implantação. Já na década de 30, do século passado, mais uma vez se fizeram presentes, pois ajudaram na ascensão de Getúlio Vargas ao poder, que segundo Fernandes (1999), tentou controlá-los, mas foi derrubado pelo seu ministro, o marechal Eurico Gaspar Dutra, em 1945.

Já em 1964, chegaram ao poder através de golpe, que teve o apoio de uma camada social que estava preocupada com a possibilidade de perder certas regalias que gozavam.

Fazia parte desta camada diferentes setores da burguesia como: latifundiários, empresários, banqueiros, e ainda parte da Igreja Católica. Destituíram o presidente João Goulart, que havia sido eleito pelo voto do povo. O golpe determinou o fim da democracia e de qualquer expectativa de luta da classe trabalhadora, pois foram reprimidos com muita violência. Os que tentaram alguma forma de organização em defesa de seus interesses, seja no campo ou na cidade, sofreram os mais diversos tipos de castigos, sendo aniquilados, perseguidos, presos, humilhados e ainda alguns foram assassinados, outros desapareceram. Alguns tiveram que pedir asilo em outros países, para escapar da violência que aqui estava se instalando. Toda e qualquer forma de organização da classe trabalhadora foi aniquilada.

Os militares impuseram um retrocesso ao avanço nas questões sociais no País, já que os planos visando o desenvolvimento econômico da Nação trouxeram o aumento da desigualdade social, onde poucos foram beneficiados. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a maioria da população à miséria. Isso ocorreu em todos os setores, principalmente no campo com o aumento da concentração fundiária nas mãos dos latifundiários, e dessa maneira, promovendo o maior êxodo rural que já ocorreu em nossa história. Com o discurso de modernizar o país e do “milagre brasileiro” o governo justificava a construção de obras faraônicas como a Estrada Transamazônica. Em 1985, quando deixaram o poder, o País estava mergulhado numa imensa dívida externa, e com os grandes problemas sociais ainda sem solução.

No campo o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração de riqueza, esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Também expropriou e expulsou da terra os trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela reforma agrária: o boia fria (FERNANDES, 1996b; D’INCAO e MELLO, 1975).

Esse acordo entre os militares e a burguesia tinha como objetivo controlar a questão agrária, usando de métodos onde empregava a violência e com a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico para o campo, no qual deu prioridade a agricultura capitalista, relegando a um segundo plano a agricultura camponesa, além de oferecerem subsídios aos seus protegidos, incentivos e também isenção fiscal, com isso estavam estimulando o crescimento econômico da agricultura e da indústria, já que estes tinham sido os seus apoiadores políticos. Enquanto isso, na outra ponta, o governo arrojava salários, incentivava a expropriação e a expulsão, multiplicando os despejos das famílias moradoras do campo.

Conforme Martins (2003), grandes empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais lançaram-se sobre o território da Amazônia legal, o que incluía o Centro-oeste e a Pré-Amazônia Maranhense. Posseiros antigos começaram a ser expulsos com violência, populações indígenas foram dizimadas e tiveram seus territórios ocupados. A Igreja na Amazônia viu-se diante de uma ação de ocupação territorial que afetava profundamente sua própria existência, substituindo pessoas por gado, mas que afetava sobre tudo a essência de seus valores e de suas orientações morais e religiosas. Aquele era o limite moral além do que já não seria possível insistir na defesa da propriedade privada da terra, direito em nome do qual a condição humana estava sendo posta em questão na ocupação territorial acelerada, subsidiada e genocida.

De acordo com Fernandes (1999), o Brasil se transforma no paraíso dos latifundiários e os camponeses foram forçados a migração pelo território brasileiro e para o Paraguai. O ataque contra os trabalhadores, e especificamente contra os camponeses, agregou novos elementos à questão agrária, aumentando e expandindo os conflitos, fazendo eclodir as lutas no campo.

Para Fernandes (1999), é evidente que esse modelo de concentração dimensionava a questão agrária. No entanto, a real intenção dos militares, era controlá-los. O sentido desta contradição estava na política econômica e, principalmente, na tentativa de impedir que os camponeses participassem do processo político. As alianças militares – burguesia tratava o problema da terra e as lutas camponesas não como uma questão política, inerente ao sistema capitalista mas como um elemento secundário na economia do País. Dessa forma, a insustentabilidade do modelo concentrador e a miséria em que foram colocadas as famílias camponesas, produziram novos e intensos conflitos. Em meados da década de setenta, a questão agrária começava a se tornar um dos principais problemas do governo autoritário.

No início da ditadura, os militares implantaram o Estatuto da Terra, com o intuito de resolver isoladamente os conflitos fundiários para desmobilizar os camponeses. O objetivo era evitar que a questão agrária se transformasse num problema nacional. Na pretensão de ter o controle sobre a questão agrária, o governo planejava usar o Estatuto da Terra, conforme sua concepção de reforma agrária, em que constavam a utilização da tributação e os projetos de colonização, de modo que a desapropriação era uma exceção (FERNANDES, 1999).

O Estatuto da terra foi criado pela lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, sua criação estava intimamente ligada ao clima de insatisfação reinante no meio dos latifundiários, e ao temor do governo e da elite conservadora pela eclosão de uma revolução camponesa, afinal os aspectos da revolução cubana de 1959 estavam presentes e bem vivos na memória dos governantes e das elites. As lutas

camponesas no Brasil começaram a se organizar desde a década de 1950, com as Ligas Camponesas, de sindicatos rurais e com atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro. O Movimento em prol de maior justiça social no campo e da reforma agrária generalizou-se no meio rural do país e assumiu grandes proporções no início da década de 1960. No entanto esse movimento foi praticamente aniquilado pelo regime militar. A criação do Estatuto da Terra e a promessa de uma reforma agrária foi estratégia utilizada pelos governantes para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra. As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra eram basicamente duas: a execução de uma reforma agrária, e o desenvolvimento da agricultura, porém passadas quase seis décadas podemos constatar que a primeira meta ficou apenas no papel, enquanto que a segunda recebeu grande atenção do governo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura. (WWW.klikeducação.com.br/bcoresp).

Segundo Fernandes (1999), ideologias a parte a verdade é que o Estatuto foi elaborado por uma equipe de alto nível, seus integrantes foram selecionados a dedo nas melhores universidades e institutos de pesquisa da área jus-agraristas e afins, dela faziam parte nomes como os dos agrônomos Carlos Lorena e José Gomes da Silva, os juristas Messias Junqueira, Igor Tenório e Fernando Pereira Soderó, além de técnicos renomados de outras áreas. Essa equipe foi confinada num hotel em Brasília, e seu trabalho era acompanhado pessoalmente pelo presidente Castelo Branco.

Além de não ter a intenção de implantar o Estatuto, o objetivo claro era conter os conflitos decorrentes da terra e tranquilizar os latifundiários. A política agrícola tinha como modelo a chamada “revolução verde” isto é, não contemplava o pequeno produtor, tinha a única preocupação de expandir agricultura capitalista o agronegócio (FERNANDES, 1999).

Ainda para Fernandes (1999), uma das iniciativas para tentar controlar os conflitos foi a institucionalização de projetos de colonização, isto é, mediante a migração direcionada dos trabalhadores do campo para o norte do país, especialmente para a Amazônia, só que essa política não surtiu os efeitos desejados, pois os conflitos pela terra não diminuíram, eles ainda eram fortes no Sul e no Sudeste do país, e o governo reprimia a luta dos camponeses com muita violência, já que essa luta ameaçava o poder da elite.

Segundo Reis (1997), não se pode esquecer da criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tinha por função a distribuição e redistribuição de terras, as quais deveriam ser em forma de assentamento, e que também foi usada como uma forma de diminuir a pressão dos movimentos sociais na luta pela terra. Por outro lado, era preciso implantar e incrementar as políticas públicas de atendimento aos assentados, para que estes pudessem produzir e conseqüentemente conquistariam uma melhor qualidade de vida, para as suas famílias.

Para Reis (1997), a história da criação e atuação do INCRA, pode ser dividida em três períodos, sendo que o primeiro vai da época de sua fundação como autarquia até o fim da ditadura militar (1970-1984); o segundo período vai do período da Nova República até o governo Itamar Franco (1985-1994), e finalmente o terceiro começa no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso até os nossos dias. Nessas mais de quatro décadas de existência, as ações do INCRA podem ser assim resumidas:

- De 1970 até 1984, segundo relatório fornecido pelo próprio INCRA (2000) foram cadastrados 75.000 adquirentes de terras nos projetos de colonização. Foram criados 187 projetos de colonização, com área de 9.927.000 de hectares, abrangendo tantos os projetos de colonização oficial como os particulares. Foram assentados 166.189 famílias, construí-se 178 escolas em 127 projetos e 72 unidades de saúde em 22 projetos de colonização do INCRA, PROTERRA e Convênios. Foram construídas 1.043,5 quilômetros de estradas e 11,5 quilômetros de abertura de ruas.

- De 1985 até 1994, foram criados 804 projetos de assentamentos, numa área de 7.831.531 hectares, a partir de 1985, pelo decreto nº 91.766/85, foi aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 1985 - 1989). E desse modo à reforma agrária passou a ser uma das prioridades absolutas no contexto de desenvolvimento do país, com o objetivo de atender à população de renda mais baixa.

Segundo Fernandes (1999), no meio rural com a atuação da Comissão Pastoral da Terra que tiveram origem nas experiências de lutar pela terra que deu início ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Luta essa para ficar na terra, especialmente pela resistência dos posseiros na Amazônia, sob a liderança dos Sindicatos de trabalhadores rurais. Dessa maneira mantiveram acesa a luta de reforma agrária, que com o golpe militar tinha sido relegada a um segundo plano.

Ainda segundo Fernandes (1999), nos centros urbanos as greves dos bancários, professores e também de outras categorias, contribuíram para que ocorresse o aparecimento de sindicatos realmente comprometidos com a causa dos operários, em detrimento dos dirigentes sindicais pelegos que haviam sido substituídos. O momento foi de surgimento de novos dirigentes sindicais. Esse novo modelo de sindicato combativo acabou contribuindo para a formação de uma central sindical que não estivesse sob a tutela do Estado. Essa central foi a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em agosto de 1980, e notabilizou-se pela combatividade em prol dos trabalhadores e dos movimentos sociais como um todo. Também nesse período funda-se o Partido dos Trabalhadores (PT), que também nascia identificado com a luta dos trabalhadores do campo e da cidade.

Na opinião de Fernandes (1999), estas duas entidades políticas tiveram sua origem em datas bem próximas, mas os espaços políticos a que representavam eram diferentes, mas agiam interativamente, mas cada um dentro de sua estrutura de origem. Foram forjadas no meio das lutas de classe, elas tinham em comum um princípio: a luta em defesa dos direitos das classes que representavam. A criação do Partido dos Trabalhadores, deu origem para criação de um espaço que reunia diferentes projetos políticos de segmentos diversos da classe trabalhadora no geral. Na década de 1980, os movimentos ligados aos camponeses, a Comissão Pastoral da Terra e ainda contando com o apoio incondicional do Partido dos Trabalhadores, a questão da reforma agrária foi recolocada na pauta política e foi transformada numa das principais formas de se ter o devido acesso à terra.

Segundo Fernandes (1999), no momento em que camponeses sem terra efetuam uma ocupação, conquistam a terra e planejam nova ocupação eles estão criando um movimento camponês, e dessa maneira estão também conquistando novos territórios. É no momento da ação da luta pela terra que a forma de organização social e território são um conjunto indissolúveis na luta empreendida pelos camponeses. E conforme Fernandes (1999), ao mesmo tempo estão conquistando novos territórios. Nas primeiras ocupações de terra que ocorreram entre os anos de 1979 e 1985, os camponeses criaram comissões para cuidar das atividades referentes à luta pela terra.

Conforme Laureano (2007), o berço do movimento foi à região centro-sul, uma data muito significativa onde foi desencadeado todo o processo de organização massiva dos trabalhadores foi, segundo Mançano (1999), exatamente o dia 07 de setembro de 1979, quando ocorreu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta, no Estado do Rio Grande do Sul. Havia um grande número de trabalhadores e trabalhadoras rurais, em torno de 1800 famílias, sem trabalho, pois haviam sido expulsos das terras dos índios Kaingang, após 15 anos de ocupação, que também naquele contexto, lutavam pela reconquista de sua terra de origem na reserva indígena de Nonoai. As famílias de trabalhadores expulsos buscavam novas terras para trabalhar. Algumas aceitaram a proposta do governo federal de se deslocarem para a região Centro-Oeste e Norte do país, nas chamadas “novas fronteiras agrícolas”. Todavia, muitas famílias resistiram e buscaram terra para o cultivo e trabalho em sua própria região. Conforme (FERNANDES, 1999).

A gleba Macali é uma parcela de terra originalmente pertencente à Fazenda Sarandi, localizada no Município de Ronda Alta (Rio Grande do Sul). A área de terra pública, grilada pela empresa Madeireira Carazinho Ltda. – daí o nome Macali – durante a ditadura militar. No dia 07 de setembro de 1979, essa gleba Macali foi ocupada por 110 famílias de trabalhadores rurais sem terra. O governo estadual entregou então

essas terras para os sem-terra o que reanimou a luta, durante o regime militar, e contribuiu para desencadear o processo de formação do MST. (FERNENDES; STÉDILE, 2012, p. 26).

Segundo Fernandes (1999), poucos anos depois, vem a notícia da formação de um Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O documento data de 22 de janeiro de 1984 e é marcado pelo primeiro Encontro Nacional Sem Terra realizado em Cascavel, Paraná. Esse encontro contou com a participação de 92 pessoas: sem-terra, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores. Entre os participantes, havia representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Pastoral Operária de São Paulo. A diversificada representação dos movimentos sociais, como: indígenas, trabalhadores rurais e urbanos, denota a dimensão da luta pela terra no Brasil.

Segundo Laureano (2007), sucessivamente, outras ações de trabalhadores, nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, contribuíram para a formação do MST. De início, pode-se afirmar que o MST é um movimento camponês. Todavia, a expressão “camponês” é às vezes, refutada pelo próprio trabalhador rural brasileiro que se identifica mais como agricultor, trabalhador rural, meeiro ou arrendatário.

Ainda para Laureano (2007), o MST é um movimento que representa a luta de agricultores acostumados com o trabalho familiar e que resolveram lutar pela terra. Pessoas que descobriram na luta e aprenderam a acreditar, e assim passaram a defender que *a terra é de quem nela trabalha*. Lutaram contra o monopólio da terra em mãos de poucos, ou seja, os latifundiários. Para o MST, o latifúndio representa toda forma de exclusão política, social e econômica da maioria da população.

Além do componente socioeconômico que criou as bases para a formação do MST, Stédile (2002) aponta um segundo aspecto que é o ideológico. E também lembra que o trabalho da pastoral da igreja católica e da igreja Luterana foi significativo desde a gênese do MST.

Conforme Laureano (2007), o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, em Goiânia, foi muito importante para a organização das lutas dos trabalhadores rurais porque conscientizou os camponeses, tirando-os do messianismo para a necessária proposta de organização de massas. Além disso, imprimiu a vocação ecumênica ao aglutinar ao seu redor também o setor luterano. Segundo Laureano (2007).

A CPT é um organismo da pastoral da Igreja Católica, vinculado a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Organizada em Goiânia em 1975, durante um encontro de bispos e agentes de pastoral, preocupados com a crescente

onda de conflitos da terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Tem como referência doutrinária a Teologia da Libertação, procura aplicar na prática as orientações do Concílio Vaticano II e a opção pelos pobres, referendada na Conferência episcopal latino americana de Medellin, em 1968. Atualmente a CPT atua em todas as dioceses em que há conflitos de terra (LAUREANO, 2007, p.83).

Ainda para Delze (2007), a institucionalização de comissões, e coordenações define o modelo de sua estrutura organizativa, esta etapa organizativa pode-se dizer foi um período embrionário o qual podemos chamar de gestação e nascimento do MST. Esse período é compreendido pelas ações e lutas que deram origem ao MST, e isso aconteceu no período de tempo que vai de 1979 até 1985.

Neste momento é importante definir a origem do MST pois, segundo Fernandes (2000), ele não pode ficar reduzido somente ao ano de 1985, época em que ele foi oficializado, com a realização de seu primeiro encontro, no período de 1979 a 1985 foi uma fase de amadurecimento da luta até 1984, e a sua conseqüente criação em 1985. O primeiro encontro tem o marco histórico da fundação, mas ele não é decisivo na elaboração das estratégias e da política conjuntural para a sua formação, o que só vai acontecer no primeiro congresso, onde foram decididas as políticas de ação que tinha na territorialização uma de suas metas principais. O período iniciado em 1979 marcará a fase das primeiras ocupações organizadas e é também nessa fase que surgem as lideranças que fundam o MST, e que também são as mesmas lideranças que organizam o seu Primeiro Congresso que ocorreu em 1985, e que se tornou um dos mais importantes de trabalhadores rurais do mundo (FERNANDES e MANÇANO, 2000).

Ainda segundo Caldart (2001), O MST já registra em sua história áreas conquistadas do latifúndio que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, e de produção de alimentos para outras tantas. O MST também registra em sua história, e com especial orgulho, as 100.000 crianças e adolescentes que estão em escolas conquistadas em suas áreas de assentamento e acampamento.

Segundo Caldart (2001), a formação dos Sem Terra nos remete a um processo de fazer-se humano na história que está produzindo e sendo produzido em um movimento de luta social, também constituído como parte de um movimento sócio-cultural mais amplo; mesmo sem que os Sem Terra tenham plena consciência disso, tal movimento extrapola seus interesses corporativos e projeta novos contornos para a vida em sociedade.

Para além das polêmicas existentes entre os estudiosos da questão agrária no Brasil a respeito dos avanços e retrocessos da luta pela Reforma Agrária na conjuntura atual, e do papel político desempenhado pelo MST na reentrada deste tema na agenda do país, há um fato

social, histórico, e que é quase um consenso entre os analistas, sejam os movidos por preocupações conservadoras, sejam aqueles preocupados com o avanço das transformações sociais (CALDART, 2001).

No ano de 1979, em 5 estados do Centro Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul) ocorreram as primeiras ocupações de terras que daria o suporte necessário para no futuro do movimento, nestas ocupações estavam presentes posseiros e arrendatários para continuarem trabalhando na terra. As práticas dessas lutas tiveram o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). E em julho de 1982 na cidade paranaense de Medianeira foi realizado o primeiro encontro para debater a difusão da luta pela conquista da terra que era o objetivo principal dos camponeses (FERNANDES, 1999).

De acordo com Fernandes (1999), as lutas que deram origem a formação do MST foram simultaneamente de posseiros e arrendatários que persistiam em ficar na terra, ou os que foram expulsos que faziam o uso da terra que tinham, isto é, a ocupação dos latifúndios que não estavam cumprindo a sua função social, ou que estavam sem ser cultivada, apenas servia como forma de poder do latifundiário. Como já foi relatado anteriormente foram os colonos expulsos de terra indígenas no Rio Grande do Sul, que ocupam fazendas na região, a luta dos posseiros da Fazenda Primavera em São Paulo que estavam sendo expulsos de suas terras em razão da pecuária que estava se expandindo na região, a qual faz divisa com o leste do estado do Mato Grosso, área esta que também estava em processo de expansão motivada pelo aumento da área para a criação de gado. Já no sudoeste do Paraná, foi a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que motivou com que várias famílias de trabalhadores rurais fossem atingidas e ficassem abandonadas e desamparadas. No oeste de Santa Catarina, foram as famílias de trabalhadores rurais com pouca terra, e que tiveram o apoio da Diocese de Chapecó, fizeram a ocupação de uma fazenda que estava para ser desapropriada. A Comissão Pastoral da Terra promoveu os encontros desses camponeses e tratou de construir uma articulação para superar o isolamento. Nessa época, os camponeses sem-terra enfrentavam a repressão militar, uma das lutas que contribuiu para a história desse período foi o acampamento Encruzilhada Natalino, quando o governo da ditadura militar não mediu esforços para tentar frustrar a luta e o conseqüente nascimento de MST.

Ainda conforme Fernandes (1999), no mês de setembro ocorreu outro encontro em Goiânia (GO) e nesse encontro os participantes formaram uma comissão com o objetivo de criar uma entidade em nível nacional e que tivesse uma representatividade em todo o país. Em 1983, foram organizados mais dois encontros até que ocorreu a fundação do MST, em 22 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel no Paraná, ocasião em que também realizou-se o

Primeiro Encontro Nacional. E, no ano seguinte foi realizado o Primeiro Congresso Nacional. Nesta oportunidade houve a participação de 23 estados dos 27 que compunham a federação. O crescimento do MST esteve sempre associado diretamente a sua territorialização.

Continua Fernandes (1999), o desenvolvimento do MST, ao longo de território brasileiro, deu-se pelas ocupações de terra que era uma constante, e pelas experiências que fora adquirida desde a sua origem, e ainda também pelo contato e com a troca de ideias com lideranças de outras organizações de trabalhadores rurais que o governo da ditadura militar havia destruído, ou com aqueles que foram transformados em sindicatos. Os novos líderes que surgiram das primeiras ocupações feitas pelo MST também foram ao encontro de antigos líderes como das Ligas Camponesas, das ULTABs e do MASTER (2).

(2) A ULTAB é a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, uma associação classista composta por camponeses e assalariados rurais, organizada pelo Partido Comunista Brasileiro. Existiu de 1954 até 1963, quando foi transformada em sindicato, compondo a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG, fundada em novembro de 1963. O MASTER é o Movimento dos Agricultores sem Terra, fundado no Rio Grande do Sul, no início dos anos 60, sob a influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p.5).

Esses encontros com líderes mais experientes deram ao MST a sua base de organização, alguns desses princípios tirados desse processo de aprendizado foram: formação de coordenação e direção coletivas como instâncias políticas de decisão; autonomia política, disciplina e respeito às decisões das instâncias políticas; formação educacional permanente; jamais separar a luta econômica da luta política; a organicidade deve sempre vincular a base com a direção.

2.6 A RATIFICAÇÃO E A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST

O MST, segundo Fernandes (1999), se territorializou em todos os estados das regiões Sudeste e Nordeste. O MST também efetuou suas primeiras ocupações no estado de Goiás, na região Centro-Oeste e no estado de Rondônia na Amazônia. Este intervalo de tempo é compreendido pelas lutas que ocorreram entre os anos de 1985 até 1990. Nessa época, o Movimento também definiu como seria a sua estrutura organizativa, e como se encontrava presente em todas as regiões do país, acabou se tornando como movimento nacional.

O MST, segundo Fernandes (1999), se territorializa através da ocupação de terra que empreende na busca dos seus interesses. A ocupação é uma forma de enfrentamento, de resistência e de recriação do campesinato, já que as lutas que originaram o MST foram

simultâneas, e empreendidas por posseiros e arrendatários para ficar na terra de onde tinham sido expulsos, e para isso não mediam esforços em ocupar os latifúndios que não estavam exercendo uma função social. As lutas empreendidas num segundo momento de formação MST, foram praticadas por trabalhadores rurais que eram assalariados, e que faziam ocupações para se verem livres do trabalho assalariado, que de um modo geral eram praticados com valores muito baixos, não dando a esses trabalhadores uma perspectiva de melhora salarial e conseqüentemente uma melhor forma de vida para a sua família. Já as lutas que foram desenvolvidas num terceiro momento de formação do MST tiveram a presença dos trabalhadores do setor urbano e dessa maneira eram lutas que contribuíram para uma luta unificada entre o campo e a cidade.

Segundo Fernandes (1999), no momento em que um grupo de trabalhadores junto com suas famílias, dá início a fazer ocupação de terra, desenvolve uma série de fundamentos, onde defini uma série de princípios de luta popular. Essa experiência tem sua lógica construída na práxis, essa lógica tem como componentes construtivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a concepção de terra de trabalho contra a concepção de terra de negócio e de exploração, o movimento e a operação.

A formação de um grupo de trabalhadores juntamente com sua família, tem início o trabalho de base o qual dará sustentação no processo contínuo da luta pela terra, lutas que originaram o MST, foram formadas várias lideranças que deram início aos trabalhos de base em outras regiões do País onde elas seriam implantadas, através da criação de espaços de socialização política, que garantiria que o trabalho não seria em vão, pois iriam sempre despontar novos líderes que manteriam os ideais da época da sua criação. Para Fernandes (1999), esse espaço possui três dimensões: espaço comunicativo, espaço interativo, e o espaço de luta e resistência. O espaço comunicativo é construído desde as primeiras reuniões, é o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos da luta e ser empreendida.

Ainda segundo Fernandes (1999) é o início de uma experiência de transformação de suas realidades. É o ponto de partida para a criação do espaço interativo. Este dependendo da metodologia, realiza-se antes, durante ou depois da ocupação da terra, que se constitui em um espaço de luta e resistência.

O espaço interativo é um contínuo processo de aprendizado. O sentido de interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados, na construção da identidade sem-terra. O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base é a recuperação das histórias de vida associadas ao desenvolvimento da

questão agrária. Fazem análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e de alianças para o apoio político e econômico. Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização sócio política do MST. Todos esses processos, práticas e procedimentos colocam as pessoas em movimento, na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas. A superação de suas realidades começa com a liberação a respeito da participação na ocupação da terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem.

Quando o movimento sem-terra faz uma ocupação, eles tornam pública a sua luta, dão a dimensão do espaço de socialização política, pois com esse ato eles agem na realidade, e dessa maneira vão formando o espaço de lutas e de resistência, ocupando a terra ou quando constroem acampamentos na beira das estradas, esperando o momento certo de agir e continuar na busca dos seus ideais, quando conquistam a terra, e na formação do assentamento, pois convertem o espaço em território, e assim vão criando o trabalho familiar e conseqüentemente estão renovando a luta pela terra por meio do trabalho de base e da criação de novos grupos de famílias.

As assembleias que foram efetuadas por ocasião dos trabalhos feitos na base, serão os espaços criadores de sujeito que estão edificando as suas próprias realidades, o tempo de duração das assembleias pode variar não existindo um período pré-determinado, ele só chegará quando o grupo participante e dependendo da conjuntura, sentir que é o momento certo, e ainda pode envolver diversos municípios ou estados, dependendo da área.

A ocupação como forma de luta e acesso à terra, não é fato novo, ele é um fato contínuo na história do campesinato. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocupam terra. Nas últimas quatro décadas, os posseiros e os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta. Os posseiros ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com a territorialização do capital ocorrem os processos de expropriação desses camponeses, desenvolvidos principalmente pela grilagem da terra, por latifundiários e empresários. Já os sem-terra ocupam terras predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. como: latifúndios, propriedades capitalistas; terras de negócio e exploração, terras devolutas e ou griladas. As lutas por frações de território, os assentamentos representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam onde o

posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam onde o grileiro, o latifundiário o empresário estão (FERNANDES, 2001).

Com o passar do tempo, os sem-terra vão adquirindo experiência, e nesse momento passam a combinar diversas maneiras de lutar pelo o acesso a terra, essas maneiras de lutar pela terra podem ocorrer separada ou simultaneamente com as ocupações de terra. São nas marchas ou nas caminhadas, nas ocupações de prédios públicos e nas manifestações em frente às agências bancárias, esses procedimentos marcam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os mais diferentes órgãos ligados ao governo (FERNANDES, 2001).

Os componentes do MST, são seres humanos que assumem, coletivamente, na luta, a condição de sujeitos de seu próprio destino social e político. A concepção do MST como sujeito pode ser bem representada no texto de Dom Tomás Balduino acerca da sua visão do movimento. Diz ele:

É a abertura que permitiu ao MST romper com o isolamento a que o queriam condenar. (...) Desta forma, o MST não criou um grupo de fanáticos fechados no seu pequeno mundo. Ao contrário, assumiu os desafios, as angústias e esperanças de todo o povo brasileiro. (...) A meu ver aqueles peregrinos do MST estavam assumindo ali uma missão que supera de muito este movimento, a saber, a missão de representar todos os cidadãos e cidadãs brasileiros que, nesta hora de crise sem precedentes e, ao mesmo tempo, preme de um imprevisível potencial cívico, estão em busca da alternativa Brasil Nação soberana, em lugar de colônia que está aí . (FERNANDES, 1999) *apud* (BALDUINO, 1999, p.10)

O MST notabilizou-se por defender fatores econômicos e políticos que foram determinantes na sua natureza, mas nele encontram-se características marcantes que lhe são atribuída. Conforme Caldart (2000), essas características são: movimento aberto, base sindical de lutas e movimento político.

A primeira característica é de ser um movimento popular, de massa; portanto, uma das marcas do MST é a de ser um movimento aberto. Nele pode entrar todo mundo. E isso, segundo Caldart (2000), em dois sentidos, por um lado por ser um movimento de famílias. Não é uma organização de homens apenas, ou de homens e mulheres em idade produtiva. Há lugar e atribuições para todas as gerações. Por outro lado, não exige um processo de formação normal. As estratégias surgem no processo e várias lideranças e amigos, em diversos pontos do território, participam da construção das ideias. No MST tudo é movimento, no sentido mais literal da palavra. No MST, todas as pessoas da comunidade são consideradas e reconhecidas como partícipes da organização social. Cada um tem o seu papel e isso fortalece o movimento.

Um aspecto que chama a atenção de quem convive com o MST é o respeito que toda a comunidade tem pelas crianças, é comum ver nos encontros os adultos cuidando delas, independentemente de serem seus filhos ou não, elas são um patrimônio especial do movimento. A formação política e o engajamento das crianças em todas as atividades chama a atenção. Desde os primeiros momentos na organização dos acampamentos, as crianças participam das decisões, dos atos de resistência e da mística. A Ciranda Infantil é organizada em todos os eventos do movimento. Ciranda Infantil é como os Sem Terra denominam o espaço onde as crianças menores brincam e aprendem enquanto as mães e os pais estão dedicados às atividades do Movimento, seja no trabalho nas atividades agropecuárias nos acampamentos ou assentamentos, seja nos encontros de formação ou na luta.

A segunda característica do MST é ter em sua base um componente sindical no sentido corporativo. A organização da luta gira em torno de demandas específicas e que não se restringem à conquista da terra. No primeiro momento é essencial uma reivindicação econômica, de conquista da terra. Porém, após o assentamento, a família passa a lutar por crédito para a produção, por escola, por estrada, por saúde, pelo preço do produto. No entanto, ao mesmo tempo em que consegue ampliar o campo de ação para a demanda de outros segmentos sociais, dá aos seus interesses mais corporativos, como as discussões a cerca da produção agrícola e da reforma agrária, a ênfase necessária para ampliar a discussão em seu campo próprio da atuação. (CALDART, 2000). O MST participa de organizações que defendem os objetivos afins como a Via Campesina, que é uma organização internacional, e o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Defende a importância de somar esforços para enfrentar os desafios que são muitos.

Segundo Fernandes (1999), entre os elementos de formação do MST estão a escala internacional da espacialização da luta camponesa e suas linhas políticas. A territorialização do agronegócio intensificou-se e é uma ameaça ao processo de territorialização do campesinato em diversos países, e isso levou o MST a partir de meados da década de 1990, a ampliar suas relações com movimentos camponeses de outros países. E em 1996, o MST filia-se à Via Campesina que havia sido criada em 1992 por diversas organizações da Ásia, África, América e Europa. A estrutura da Via Campesina é formada pela Conferência Internacional que é o espaço de deliberação política; pela Comissão Coordenadora Internacional; Comissões Políticas; Secretaria Executiva e pelos movimentos camponeses vinculados. As comissões políticas atuam nas linhas apresentadas, elaborando documentos com as manifestações dos movimentos camponeses de diversas partes do planeta.

O surgimento da Via Campesina fortaleceu os movimentos camponeses, desenvolvendo lutas conjuntas em escala mundial. No Brasil, estão vinculadas à Via Campesina, além do MST, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

As linhas políticas defendidas pela Via Campesina são: Soberania Alimentar e Comércio Internacional; Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural; Gênero e Direitos Humanos; Agricultura Camponesa Sustentável; Biodiversidade e Recursos Genéticos. A Via Campesina compreende a soberania alimentar como direito dos povos, de seus países e uniões de estados em definir suas políticas agrícolas e alimentares, sem *dumping* a outros países; que as políticas agrícolas devem ser duradouras e solidárias, determinadas pelas organizações nacionais e pelos governos, suprimindo o poder das corporações multinacionais; da mesma forma as negociações agrícolas internacionais devem estar sobre o controle dos estados, sem a intervenção da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Conforme Fernandes (2004), a Via Campesina realiza a Campanha Global pela Reforma Agrária que alcançou reconhecimento em âmbitos diversos, como organizações camponesas, organizações não governamentais, governos e organismos internacionais. Essa campanha tem fortalecido a resistência internacional as políticas mercado de terras e mobilizado apoio internacional. O desenvolvimento rural tem seus principais propósitos na unidade familiar, com destaque para a participação das mulheres e dos jovens. Neste plano estão associadas políticas agroecológicas para a garantia da biodiversidade e proteção dos recursos genéticos. A Via Campesina tem atuado organizadamente em diversas partes do mundo. Alguns exemplos são: a organização de mobilizações para protesto durante as reuniões da OMC, em Genebra, na Suíça, em 1998, em Seattle, no Estados Unidos, em 1999 e em Cancun, no México, em 2003. Nesses protestos, os camponeses exigiram a saída da OMC das negociações agrícolas. Nesses anos, os movimentos camponeses inovaram ao realizarem mobilizações conjuntas em várias cidades do mundo ao mesmo tempo. A criação dessa rede de movimentos tem propiciado uma maior resistência às políticas neoliberais e ao avanço do agronegócio sobre os territórios camponeses. A Via Campesina tornou-se a principal interlocutora dos movimentos camponeses nas negociações de políticas em escala internacional e nacional.

A conjuntura política e econômica em escalas nacional e internacional mudou significativamente. No caso do Brasil, o avanço das políticas neoliberais, com desemprego estrutural, a desregulamentação e eliminação dos direitos dos trabalhadores, a privatização de

grande parte de empresas estatais, provocou um enorme refluxo dos movimentos sindicais e camponeses e determinou as políticas do PT. Nesse contexto, em 2002, o PT em uma coligação de forças políticas desde a esquerda à direita, elegeu Luis Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil. Desde as eleições de 2002, quando concorreu pela quarta vez e venceu.

A partir do início da década de 1990, a questão agrária passou a ser constituída de novos elementos. O latifúndio deixou de ser o principal problema para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Agora o agronegócio com toda sua potencialidade tornara-se um dos principais desafios para a luta pela terra e para a reforma agrária. Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Foi uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio. A Via Campesina é uma organização, sem fins lucrativos, que luta pelos direitos dos camponeses do mundo inteiro, enfocando questões como a reforma agrária, agroecologia e o fim de pesquisas e comercialização de transgênicos.

Por fim a terceira característica apontada por Caldart (2000), é o componente político. Essa característica está presente no movimento desde o início e foi influenciada pela gênese do MST. Advém da consciência de que a luta pela terra e a reforma agrária devem ser compreendidas dentro de uma luta de classes. Além do mais, a luta pela terra deve ser pautada por princípios organizativos, políticos e ideológicos e com objetivos muito mais amplos do que a mera conquista de um pedaço de terra para cada uma das famílias Sem Terra.

Stédile (2005) é categórico ao afirmar; O MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe. Ele também acredita que se o MST tivesse restringido sua luta ao caráter corporativo teria fracassado. E acrescenta; “Nunca esteve no horizonte do MST se transformar em partido político. Mas também nunca abrimos mão de participar da vida política do país”.

A direção do MST tem uma meta a ser atingida, que é a de manter atrativos para os jovens do movimento. Pois se não houver motivos para que os jovens permaneçam no campo, certamente eles buscarão fora do meio rural a realização de seus projetos de vida. Sairão para construir suas vidas nas cidades e poderão ser seduzidos por outros valores que não aqueles que orientam as atitudes do MST, e vender essa atração da sociedade capitalista de consumo. É um desafio para o movimento, que tem como norte o socialismo, e para isso a estratégia adotada para fazer frente a esse desafio é priorizar as ações de formação política de toda a família.

2.7 ASPECTOS PARA COMPREENDER A IDENTIDADE DO MOVIMENTO

A seguir serão descritos os aspectos necessários para se compreender a identidade do movimento sem terra.

2.7.1 Desenvolvimento das potencialidades

Segundo Laureano (2007), o MST, ao se afirmar em sua dimensão política e diante do crescimento das suas potencialidades como movimento social e corporativo, procurou habilitar os militantes em diversas profissões. Nesse sentido é bastante interessante a fala de João Pedro Stédile que, diante da provocadora afirmação que muitos integrantes do MST não tem as mãos calejadas, portanto não são trabalhadores rurais, fez a seguinte constatação:

Já vai longe o tempo em que o trabalhador rural era aquele que batia uma enxada o dia inteiro. Hoje, os trabalhadores rurais, para progredir, para que não sejam condenados eternamente à pobreza do campo, têm de aprender a lidar com máquinas e equipamentos mais modernos e precisam industrializar seus produtos. Devem agregar valor ao que produzem sob pena de transferir sempre o lucro para terceiros (LAUREANO, 2007, p. 92).

2.7.2 Disciplina

Conforme Laureano (2007), uma outra característica do movimento que não se pode esquecer é a disciplina. Todas as tarefas a que ficam incumbidos os militantes – os compromissos como a formação e as regras do MST – devem ser levadas muito a sério, sob pena de comprometer os objetivos a serem alcançados. Antes de serem tomadas as decisões, essas são amplamente discutidas. Entretanto, a partir do momento em que são tomadas, todos os integrantes estão vinculados a elas e em todas as instâncias. Sem essa disciplina não seria possível construir a organização. Stédile defende que a disciplina não é militarismo ou autoritarismo, mas sim avanço democrático. Na democracia, todos devem aceitar as regras do jogo. E “ninguém defende mais a democracia do que a classe trabalhadora”. Ainda, segundo Laureano (2007), pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que a disciplina é um dos aspectos fundamentais para a organização do MST. Bogo (1999) entende que a luta espontânea tem a característica de aparecer e refluir. Ele nos ensina:

A luta que segue princípios e pretende desenvolver valores morais, tende a permanecer e solidificar-se como alternativa para outras questões sociais. Não basta transformar a estrutura agrária, precisamos transformar a conduta e os hábitos

errados que temos desenvolvido em nossa existência por influência da convivência social desorientada (BOGO, 1999, p. 44).

A disciplina cria as condições para os resultados que advêm do compromisso com a formação dos militantes, da preservação dos espaços democráticos para as decisões no respeito às instâncias da estrutura organizativa interna do movimento, assim conclui Bogo (1999).

Os movimentos de luta pela terra que surgem e se fundamentam apenas nas necessidades imediatas e não em princípios éticos, políticos e organizativos, tendem a reproduzir a velha propriedade privada sem qualificação, impedindo que seus donos evoluam como seres humanos e avancem na formação de uma nova consciência social (BOGO, 1999, p. 45).

Outra preocupação do MST é com a educação, pois no entender do movimento ele é o caminho para diminuir as enormes desigualdades sociais existentes e que são crônicas no Brasil, já que no entender de Stedile (2001) “a frente de batalha da educação é tão importante quanto a da ocupação de um latifúndio”

Na inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes João Pedro Stedile faz a seguinte afirmação: “Quer acabar com a pobreza? Dê poder aos pobres. E, dar poder aos pobres é dar a eles conhecimento.” Segundo Stedile (2001), a educação para o MST é muito mais que mera aquisição de informações. Educação é a opção por uma teoria pedagógica que retoma as reflexões da origem do movimento e o sentido de sua atuação política. Às vezes nem mesmo as barracas estão prontas, mas a escola já está funcionando, debaixo de uma grande árvore ou na antiga cocheira do latifúndio, vez que, normalmente é o local onde há telhado e cuja cerca divisória ainda se mantém mesmo com o abandono da propriedade pelo latifundiário. O reconhecimento da importância da educação, tanto interna quanto externamente, pode ser bem representado na massiva participação dos educadores em eventos nacionais como Enera – Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária. O MST realizou o encontro na Universidade de Brasília – UnB, durante o mês de julho de 1997, com a participação de mais de 700 educadores, na sua grande maioria professores de 1º grau das escolas assentadas.

Segundo Laureano (2007), para usar o próprio vocabulário do cotidiano no MST pode-se afirmar que ele literamente ocupou a escola. Essa afirmação para Caldart (2001) tem três significados. Em primeiro lugar porque o sentido da luta foi crescendo dentro do próprio movimento. Já no primeiro momento, foram as famílias que se mobilizaram pelo direito à escola, por uma escola que fizesse diferença. Essas famílias tinham à frente mães e professoras, mas logo em seguida foram os pais e lideranças do MST que passaram a se

mobilizar por ela. Entretanto, aos poucos, as próprias crianças foram tomando consciência para garantir a educação escolar em consonância com os valores que passaram a cultivar, em vista da formação crítica que adquiriram na luta ao lado dos pais.

Outro motivo que levou o MST a fazer a ocupação das escolas, foi que estas pelo modelo tradicional que empregavam já não atendiam mais à proposta pedagógica desejada pelos militantes. Ainda conforme Caldart (2000), a própria direção do movimento se viu pressionada pelas famílias e professoras para tomar para si uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas. A criação do Setor de Educação foi a resposta para a formação de educadoras e educadores capazes de trabalhar sob a perspectiva dos Sem Terra do MST. Assim, o próprio conceito de escola vai sendo ampliado e tornou-se consenso no movimento que “escola é mais do que escola”. O MST incorporou a escola em sua dinâmica na medida em que passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias Sem Terra. Todo acampamento ou assentamento tem que ter a sua escola, e de preferência aquela capaz de educar formando consciências.

Ainda segundo Caldart (2000), quando conhecemos as escolas rurais e as condições em que ainda hoje se encontram no Brasil, entendemos porque o MST prima por algo novo. Delas depende a formação dos sujeitos que vão mudar a própria história. A mera alfabetização das “*poucas letras para o cabo da enxada*”, na visão do ex-governador de Minas, conforme apontado por Arroyo (2000), não condiz em nada com a trajetória desse movimento de massas que se tornou o MST.

Segundo Bogo (1999), natural é alfabetizar e extraordinário é educar transformando. Um movimento que tem construído, com tanta luta, o seu próprio histórico sabe que o natural faz permanecer no mesmo lugar. Para transformar, é preciso fazer o extraordinário. Acrescenta Bogo (1999), a formação de um novo ser começa pela escola, onde o filho do Sem Terra inicia seu aprendizado sobre o universo a partir das coisas que o rodeiam; formando assim uma conduta integrada ao meio em que vive. O autor subsidia sua afirmação nos ensinamentos do mestre Paulo Freire (1982):

Somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integrada com seus problemas, levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de seu contexto; a da intimidade com eles, a da pesquisa, em vez de mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida (FREIRE, 1982, p. 37). *Apud* (BOGO, 2007, p. 120).

2.8 A ORGANIZAÇÃO DO MST

Segundo documento do Setor de Formação do MST (2005):

Quando há muitas pessoas fora da luta ou sem contribuir com ela, o problema não está nas massas desorganizadas, mas naqueles que ainda não aprenderam a organizá-las (SETOR DE FORMAÇÃO DO MST, 2005, p. 5).

Conforme Laureano (2007), a organização interna do MST é um dos aspectos mais significativos para quem busca entender o caráter plural do movimento, ele chama a atenção por ser exatamente o oposto do que ocorre em uma sociedade capitalista, onde a lógica que prevalece é a exclusão do outro diante das oportunidades. No MST há espaço para todos. É por meio da organização que o MST consegue avançar a sua política de reforma agrária e formar uma grande massa de trabalhadores, elevados à condição de cidadãos conscientes do seu papel na transformação da sociedade. A organização do MST ocorre sobre dois aspectos, o primeiro é a unidade, a direção e a articulação nacional do movimento, o segundo é a metodologia de organização de massa.

Construir a organicidade no MST, segundo Laureano (2007), significa ampliar a participação, elevar o nível de consciência das famílias e a formação de quadros. O aprendizado com os velhos militantes, conforme ensina João Pedro Stédile, fez ver que nenhuma organização tem futuro se não formar seus próprios quadros em todas as frentes do conhecimento humano. O objetivo é ter o controle político da organização e do espaço geográfico para implantar círculos orgânicos e para manter o movimento permanentemente vigilante, desarticulando os mecanismos de exclusão como o latifúndio, a imposição das sementes geneticamente modificadas e, sobretudo, acumulando forças. Assim, melhora as condições para elaboração da estratégia na luta política pela reforma agrária e cria as condições para participar da disputa política na sociedade.

Ainda para Laureano (2007), a direção do MST é descentralizada e possui uma enorme capilaridade que começa nos Estados-membros. Desse modo, é necessário entender o funcionamento das diversas instâncias decisórias já a partir dos Estados da federação. Os dirigentes do movimento entendem que a descentralização forma melhor os militantes, ensina a delegar responsabilidades, democratiza a organização e mantém as características de movimento de massa. Um dos objetivos da organicidade do MST é não perder o contato com a base. No MST, o dirigente representa um certo número de famílias. Os núcleos formados

pelas famílias, onde residem homens, mulheres crianças, jovens e idosos recebem o nome de “brigadas”. Há diversos tamanhos de brigadas que variam entre 50 e 500 famílias.

Segundo Laureano (2007), o núcleo de base funciona como a raiz da organização, por isso, a mesma preocupação que há com a composição da direção há com o funcionamento e formação do núcleo. Cada núcleo, do qual participa prioritariamente o homem e a mulher, é composto por aproximadamente 10 famílias. Os jovens e crianças também são convidados a participar, mas podem criar seus próprios espaços de organização. A direção de cada núcleo é formada por um homem e uma mulher, um representante para secretariar as reuniões e dois representantes para a equipe de finanças. Mas, o bom funcionamento do núcleo depende da direção da brigada e dos setores. Assim, torna-se uma boa ferramenta na organização da base.

Já os setores são temáticos – Frente de Massas, Produção, Educação, Formação, Comunicação, Saúde, Gênero, e outros de acordo com a realidade da região. A organização dos setores também garante a expressiva capilaridade das instâncias decisórias. São compostos os setores por um representante da brigada em nível estadual e mais um para cada grupo de 50 famílias, ou seja, para cada cinco núcleos há um representante para cada setor.

Segundo o Setor de Formação do Movimento Sem Terra (2005), para se ter uma ideia da aproximação dos centros de decisão, é interessante ter claro o número de lideranças envolvidas. Para cada setor há um coletivo de 10 a 11 dirigentes, já que cada brigada terá 10 núcleos além do representante da brigada na direção estadual. Somando a direção política com o coletivo de cada setor, mais os dois coordenadores de cada núcleo, há no MST, no mínimo, 180 lideranças em uma brigada de 500 famílias.

Cabe a direção estadual segundo o Setor de Formação do Movimento Sem Terra (2005), a tarefa de coordenação política do MST e a construção da organicidade. As questões específicas são decididas nos Estados-membros. Para o MST, é fundamental respeitar as diferenças regionais, principalmente quando as decisões envolvem a agricultura que, além das diferenças climáticas e geográficas, envolve as diferenças culturais. Além disso, é uma forma de garantir a liberdade de escolha de cada região para implementar as linhas políticas a serem adotadas.

2.9 ESTRUTURA DO MST

No Quadro 1, apresenta-se a estrutura do MST.

INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO SETORES DE ATIVIDADES
--

Congresso Nacional Secretaria Nacional
Encontro Nacional Secretarias Estaduais
Coordenação Nacional Secretarias Regionais
Direção Nacional Setor de Frente de Massa
Encontro Estadual Setor de Formação
Coordenação Nacional Setor de Educação
Coordenação de Assentamentos Setor de Produção, Cooperação Meio Ambiente
Coordenação de Acampamentos Setor de Comunicação
Núcleo da Base Setor de Finanças
Setor de Projetos
Setor de Direitos Humanos
Coletivo de Relações Internacionais
Setor de Saúde
Setor de Gênero
Coletivo de Cultura
Coletivo da Mística

Quadro 1 - Estrutura do MST

2.10 ORGANIZAÇÕES VINCULADAS

Segundo Fernandes (2000), são as organizações vinculadas que tratam das políticas de desenvolvimento do MST. Nesses espaços são elaboradas políticas agrícolas e pesquisas tecnológicas do modelo de desenvolvimento da agricultura camponesa, tendo como referência a agroecologia. Essas ações acontecem por meio da pesquisa e da formação política e técnica que tem garantido a qualificação das famílias camponesas, que destaca o Movimento como um dos mais bem organizados. As organizações vinculadas são: Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA); Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária Brasil Ltda (CONCRAB); Instituto Técnico de Capacitação (ITERRA) e Pesquisa da Reforma Agrária e Escola Nacional Florestan Fernandes. Desse modo, o MST, em sua estrutura organizativa, reúne diferentes dimensões, fortalecendo a sua organização, mas também criando novos desafios. Um dos princípios do MST é a luta contra o capital. Nesse sentido o Movimento vem enfrentando o desafio de tentar construir novas experiências que permitam superar as relações sociais isoladas do trabalho familiar camponês sem reproduzir as relações capitalistas. Este princípio é a marca da sua identidade política.

De acordo com Fernandes (2000) a estrutura organizativa do MST é um processo que se transforma no seu próprio movimento, possui um caráter formal e informal e uma grandiosidade que assegura os trabalhos em todas as dimensões sociais, ambientais, e políticas.

Para Fernandes (2000), a institucionalização do MST é compreendida em caráter amplo. Possui o sentido da criação. A sua competência em criar diferentes formas e interagir-las concede o reconhecimento por parte de todas as outras instituições. O governo federal e os governos estaduais e municipais reconhecem o MST como um dos principais movimentos camponeses do país e reúnem-se e negociam reivindicações e proposições. De fato, o MST pode ser reconhecido como um movimento camponês e como uma instituição. Esta é uma questão política de definição do conceito de instituição. Se nos referirmos ao processo de criação da legitimidade e do reconhecimento de suas causas e ações por grande parte das instituições da sociedade, como igrejas, partidos políticos, sindicatos, governos e organizações não governamentais, o MST é uma instituição política. Todavia se nos referirmos a uma instituição oficial nos termos da lei, o MST é apenas um movimento camponês.

Conforme Fernandes (2000), por essa razão que o MST criou sua estrutura organizativa múltipla, plural e híbrida. Porque pode lidar com as organizações mais hostis e com as organizações aliadas, expandindo as possibilidades de relações e conflitualidades. Desse modo, o MST mesmo estando à margem dos espaços de decisão das políticas de desenvolvimento rural, consegue intensificar o processo de ressocialização da população sem-terra. Seu caráter multidimensional possibilita tanto estar presente em diversos espaços políticos, quanto criar novos espaços políticos.

2.11 A DIREÇÃO DO MOVIMENTO

Pode-se entender melhor o funcionamento da direção nacional do MST quando verifica-se, que o processo eleitoral interno e o debate acerca das questões específicas acontecem nos Estados-membros. Ali são discutidos os nomes e feitas as avaliações da atuação dos líderes atuais e a candidatura dos novos. Tudo isso favorece o respeito às desigualdades regionais e evita que tudo seja uniformizado dentro do movimento, tornando autoritárias as decisões (FERNANDES, 2000).

Os nomes indicados são depois ratificados em um evento nacional que pode ser tanto o Encontro Nacional quanto uma reunião anual da Coordenação Nacional. Propositadamente, não há espaço para eleição interna ou discussões locais nos Congressos Nacionais do movimento. Esses eventos são reservados para a confraternização da militância, para conhecer as diferenças regionais do povo brasileiro, para fortalecer a identidade do MST e também para

o estudo. Nesses encontros são criadas oportunidades para que a militância tenha contato com estudiosos, especialistas e professores.

Para Laureano (2007), nos eventos nacionais, os integrantes do MST tomam conhecimento dos debates internos do movimento e se inteiram do cenário político do país. Essa metodologia adotada é um paradigma que pode inspirar uma re-pactuação do federalismo brasileiro. É um exemplo a ser seguido: o respeito às diferenças regionais e a construção da unidade sem eliminar o outro. A unidade que deve ser o resultado da soma que identifica o grupo e não o realce da diferença que marca a vontade da maioria. Por esse processo é escolhida a Direção Nacional do movimento, composta por 21 pessoas. Cada nome para ser aprovado deve ter, no mínimo, mais de 50% dos votos. Se não atingir esse percentual, o candidato deixa de compor a direção. Segundo Stédile é um cuidado a mais para que não haja na direção algum aventureiro oportunista. Prevalece o entendimento de que o candidato que não obtém 50% dos votos é porque é pouco conhecido no movimento. A liderança precisa ter o respaldo da base e das instâncias estaduais. Mesmo o dirigente, ainda que ocupe um cargo importante na direção do movimento, ou seja, muito estudado ou combativo, não perde a vinculação com a base. O dirigente do MST, se não mantiver seus vínculos com a base, perderá a legitimidade.

Ainda para Laureano (2007), os integrantes do MST sabem muito bem que a força e eficácia das ações do movimento passam necessariamente pela unidade. Os adversários da reforma agrária tentam, o tempo todo, dividir o movimento, articulando intrigas para jogar a base contra as lideranças. Mas a idoneidade e legitimidade dos líderes perante a base, cultivada e acompanhada de perto pela comissão de ética, são um forte antídoto contra as investidas divisionistas. É óbvio que a realidade é muito mais complexa do que a luta diária. Quando um líder comete alguma falha, a questão é debatida coletivamente. Se necessário, lhe é dada advertência. Se a conduta não for retomada, pode acontecer suspensão e até expulsão do movimento, isso como último recurso e, é claro, em nome da manutenção da unidade, condição para o êxito dos objetivos a serem alcançados pelo movimento na luta.

2.12 AS PRIMEIRAS LUTAS DO RIO GRANDE DO SUL

Descreve-se a seguir as primeiras lutas ocorridas no estado do Rio Grande do Sul

2.12.1 As encruzilhadas da História

Conforme Fernandes (1999), a encruzilhada é o lugar onde se cruzam os caminhos. A luta que nasceu com o acampamento na Encruzilhada Natalino se opunha à política fundiária do governo. Era, também, um conflito entre o modelo econômico agropecuário implantado pelos militares, com a política de desenvolvimento para a agropecuária que os camponeses vêm construindo por meio de suas lutas. Aquela ação representava, igualmente, o momento e o lugar do cruzamento de dois projetos políticos para o campo brasileiro. Essa forma de luta significa a recusa dos camponeses à modernização conservadora. Essa política do governo privilegia o grande capital e tem conduzido os camponeses à expropriação, à expulsão da terra, à exclusão, à miséria e à fome. A política dos trabalhadores leva à resistência na conquista da terra e do trabalho, da dignidade, da cidadania, com a ressocialização dos camponeses sem-terra. Esse conflito tem um caráter histórico, porque a encruzilhada tornar-se-ia o espaço político em que se encontram os sem-terra e os governos estadual e federal. E neste cruzamento de políticas opostas, buscam soluções para os conflitos fundiários, desde a desapropriação da terra até as políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, como por exemplo: o crédito agrícola, a educação, o cooperativismo etc.

A encruzilhada segundo Fernandes (1999), é o lugar e o momento da tomada de decisões para qual direção deve se seguir, com o objetivo de conquistar a terra. É, portanto, um lugar onde se para, reflete e olha, procurando visualizar qual o melhor caminho a percorrer. E muitas vezes, se o caminho não existe, é preciso fazê-lo. Foi assim que aconteceu na Encruzilhada Natalino, ali também foi o ponto de partida para a construção do caminho da luta pela terra. Montar o acampamento foi uma decisão tomada na encruzilhada da luta. E na encruzilhada são muitos os caminhos possíveis. Desde os existentes até os que estão por construir, porque abrir caminhos na realidade é fazer história. Foi assim que essa luta tornou-se uma das principais referências da História do MST.

2.12.2 O Acampamento Encruzilhada Natalino

Para Fernandes (1999), na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência é o desafio. Para sobreviver, os acampados dependem de sua organização, do trabalho e do apoio dos que defendem a reforma agrária. O acampamento da Encruzilhada Natalino era resultado das experiências anteriores. Começou quando um colono, expulso da Reserva Indígena de Nonoai, montou seu barraco

próximo ao encontro das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Esse fato aconteceu no dia 8 de dezembro de 1980. O lugar se chama Encruzilhada Natalino, porque havia uma casa comercial, cujo proprietário chamava-se Natálio. O primeiro colono que acampou também se chamava Natálio. Foi seguido de outras famílias de Nonoai e de famílias remanescentes da ocupação da Gleba Brilhante. Da mesma forma, vieram outros camponeses sem-terra de toda região. Eram rendeiros, parceiros, agregados, peões, assalariados e filhos de pequenos proprietários.

Segundo Fernandes (1999), na tentativa de desmobilizar o acampamento, o governo estadual mandou uma comissão oferecer empregos aos sem-terra. Acompanhada do Bispo de Passo Fundo, Dom Cláudio Colling, os representantes do governo procuraram convencer os acampados. Frente à recusa incondicional das famílias, a comissão e o Bispo desistiram do intento. Superando desafios, persistia o processo de gestação do acampamento, que era resultado da consciência construída pelos camponeses, de que somente por meio da luta mudariam suas realidades, e também pela articulação feita pela CPT e pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que ajudavam na organização dos sem-terra. Começaram a fazer o levantamento dos latifúndios nos municípios próximos, classificados pelo Incra como latifúndios por exploração, provando ao governo que a questão poderia ser resolvida na própria região. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana fez um levantamento e mostrou que, próximo ao acampamento, haviam 4.000 hectares de terras à venda, contrariando os argumentos do governo que continuava afirmando não haver terras disponíveis no Rio Grande do Sul, e, portanto era necessário transferir as famílias para outros estados do Norte e Nordeste.

Ainda conforme Fernandes (1999), o acampamento localizava-se num lugar estratégico, porque ficava próximo da Anoni, bem como da Macali e da Brilhante. Em abril de 1981, tinham 50 famílias acampadas. Em junho haviam 600 famílias, reunindo mais de 3.000 pessoas que habitavam em barracos de lona, de capim, de madeira, de sacos de cimento ou adubo. Os barracos estendiam-se por quase dois quilômetros da estrada. Com base nas experiências anteriores, as famílias começaram a se organizar em grupos, setores e comissões. A coordenação era formada por lideranças escolhidas entre os sem-terra. Essas pessoas mais alguns assessores formavam a Comissão Central, responsável pela direção política da luta. Era o embrião de uma forma de organização social que seria referência nas novas lutas animadas pela Encruzilhada. Criaram as comissões de saúde, de alimentação, de negociação. Também criaram um boletim informativo denominado Sem Terra, que viria a se tornar o Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Com o apoio da Campanha de

Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, montaram uma secretaria em Porto Alegre. As condições do acampamento eram precárias: faltavam utensílios, acomodações, agasalhos, alimentação, condições de higiene etc. Ainda, as famílias viviam sobre pressão do governo que não oferecia uma solução concreta voltada para as reivindicações dos trabalhadores. Sofriam intimidações da Brigada Militar que sobrevoava o acampamento constantemente, na tentativa de desanimar os camponeses para que desistissem da resistência.

Conforme Iokoi (1991), os recursos dos agricultores quase não existiam. A Pastoral organizou campanhas de apoio, e em Porto Alegre obteve um caminhão com agasalhos e mantimentos; de Guaporé, receberam alimentos; da Diocese de Chapecó em Santa Catarina receberam 5.000 quilos de farinha, 1.000 quilos de açúcar e sal. A Cáritas local recebeu inúmeros agasalhos, suficientes para o primeiro período.

Segundo Iokoi (1991), as condições dos acampados e a carência de acomodações e alimentos provocavam outras necessidades como a assistência médica e de saúde. O hospital de Ronda Alta ficava 18 quilômetros, e mesmo assim não possuía infra-estrutura para toda essa população. Com isso, as lideranças passaram a negociar com o governo rio-grandense a instalação de um posto médico no local. O acampamento dividia-se em pequenos grupos de discussão e reflexão. Tomando o cuidado de registrar num diário todos os acontecimentos que envolviam as suas vidas, os acampados escreviam sua própria história, premiados pela violenta pressão em que viviam. E ainda procuraram os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Passo Fundo e Ronda Alta, com o objetivo de conseguir espaço nas emissoras de rádio local para divulgar o movimento.

Ainda segundo Iokoi (1991), com o apoio da Pastoral conseguiram documentação comprovando que o INCRA não pretendia resolver os problemas dos Sem Terra, uma vez que oferecia transferência para a Serra do Ramalho, onde os próprio baianos estavam sendo expulsos da área devido à construção da barragem de Sobradinho. A Prelazia do Acre-Purus denunciava o Projeto de Colonização do Peixoto, no Acre, pois os posseiros daquele Estado não haviam ainda recebido lotes. Quanto à oferta de terras em Roraima, os colonos recusaram por serem terras de pastagens, propícias à pecuária, exigindo muitos recursos para sua manutenção e altos investimentos.

O presidente do INCRA, Paulo Yokota, insistia na inexistência de terras no Rio Grande do Sul, e os camponeses representados por Olmiro de Jesus Ferreira, Saul Marchiori, Iraci Pezenalto e Lureci de Fátima Oliveira, apresentavam a listagem das terras existentes na região, resultado do levantamento de Igreja Luterana.

Continua Iokoi (1991), por esse levantamento, os Sem Terra apresentavam ao INCRA uma relação das áreas, contendo preços e condições de pagamento das terras postas no mercado em todo o Estado. Foram apontadas Cachoeira do Sul, Palmeira das Missões, Ronda Alta, Nonoai e Passo Fundo, como regiões com terras disponíveis, através de anúncios ou imobiliárias. Esse levantamento colocava os representantes dos acampados em posição ofensiva, podendo refutar os argumentos do presidente do INCRA, que frente a dados objetivos e bem documentados não poderia tomar outra atitude, senão suspender as negociações, uma vez que optava por “vencer os acampados pelo cansaço e assim vergar a resistência camponesa”.

Apoiados no documento de Itaicí de 1980, item 6 que enfatizava a necessidade de os agentes pastorais “não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e as angústias, as lutas e as esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra”, chegavam ao acampamento freiras, jovens e missionários procurando “animar a luta” dos colonos, evitando que a desesperança e o cansaço os fizessem recuar.

De acordo com Iokoi (1991), todas as tardes, às 17 horas, eles se juntavam no centro do acampamento junto à cruz, para rezarem e refletirem sobre seu sofrimento, comparado-o com a Paixão de Cristo, onde permaneciam em oração e recebiam apoio dos sindicatos, entidades e Igrejas. Procuravam se fortalecer para forçar as autoridades a cumprirem as leis existentes ou ainda alterá-las, se necessário, e obterem a terra. As diversas dioceses começaram a organizar abaixo-assinados enviados ao governador, exigindo solução para o problema de Ronda Alta. Foram remetidos documentos do município de Santiago, com 1983 assinaturas; do município de Torres, com centenas de assinaturas e uma moção aos bispos que não estavam apoiando os Sem Terra, “para perderem um pouco do prestígio frente aos grandes e apoiarem os pequenos”.

Iokoi (1991), continua, a situação ficou ainda mais tensa quando em 29 de junho de 1981, morreu uma criança de 4 meses por falta de atendimento médico. Para Iokoi (1991), o sofrimento desses camponeses revoltados se transformou em força de resistência e permitiu que mais apoio de inúmeras comunidades cristãs chegasse. Para registrar esse apoio os camponeses retiraram a cruz que estava plantada no chão e suspenderam-na com estacas, significando a solidariedade recebida. A cruz estava assim mais leve, carregada pela comunidade cristã que, tanto na dor, como também no amor e na alegria, se unia para ajudar os camponeses. Estes, no acampamento, podiam ouvir, nas horas de descanso, as notas das cantigas tocadas pelo gaiteiro e pelo sanfoneiro. Mas a situação era tensa, pois ali morreram mais duas crianças. Esse era o clima vivido por esses homens ao procurarem construir novas

relações efetivas nas mais difíceis e precárias condições de vida, descobrindo no acampamento o sentido da união, de estarem juntos e de enfrentarem juntos as dificuldades da vida.

Para Iokoi (1991), as manifestações de apoio ampliaram-se e vários cultos ecumênicos foram realizados no Rio Grande do Sul a fim de ajudar os acampados. Dom Pedro Casaldália foi até o acampamento levar a solidariedade dos posseiros da Prelazia de São Félix do Araguaia. A Cáritas recebeu da Holanda 2,5 toneladas de leite em pó, o que permitiu alimentar mais adequadamente as crianças. O presidente nacional da CPT, Frei Marcelo de Souza, visitou o acampamento, dando ajuda financeira aos colonos.

Segue Iokoi (1991), em julho, os acampados enviaram ao governo uma listagem destacando as áreas onde queriam ser assentados: 1) granjas da Fazenda Sarandi, já desapropriada para reforma agrária, mas distribuída de forma injusta por Fernando Gonçalves, presidente do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, que titulou 5.800 hectares para apenas 52 pessoas; 2) Fazenda Santa Rita, com 1.900 hectares, de proprietários italianos que não moravam no Brasil; 3) Fazenda dos Judeus, com 2.000 hectares, em Ronda Alta, cujos proprietários eram de Erechim e já tinham oferecido ao governo a terra para compra; 4) Fazenda dos Irmãos Guerra, com mais de 9.000 hectares, que desde 1972 encontrava-se em processo de desapropriação, para abrigar os “afogados”, sem terras, desalojados pela construção da barragem de Passo Real. Com essa listagem, enviaram ao governo uma nota explicativa, onde denunciavam a estratégia que ele utilizava para ganhar tempo, exigindo solução imediata para o conflito. O movimento cresceu e em 25 de julho, considerado o dia dos agricultores sem terra. Mais de 15.000 pessoas concentraram-se na Encruzilhada do Natalino. O objetivo dessa concentração era pressionar o governo a negociar com os sem-terra e dar estímulo aos acampados. Dom Tomás Balduino, Bispo de Goiás Velho, fez celebração e conclamou a resistência. Três varas, com três panos brancos, simbolizavam as crianças mortas.

Segundo Fernandes (1999), Dom Tomás Balduino, denunciou a miséria em que viviam os colonos que haviam se deslocado para o Projeto de Colonização em Canarana no Mato Grosso, bem como prenunciou o significado histórico daquela luta, ao afirmar que ela representava para o campo, o que as greves do ABC significaram para a organização dos trabalhadores da cidade. O governo temia que neste dia fosse feita uma grande ocupação na Fazenda Anoni, determinando que a Brigada Militar a cercasse. Como o governo sempre apresentava a mesma proposta, os acampados decidiram, em assembleia, que acampariam na frente do Palácio do Governo, na Praça da Matriz, em Porto Alegre para pressionar. Quatro

ônibus saíram em direção à capital do estado. Encontraram várias barreiras pelo caminho. Em Sarandi foram barrados pela Brigada Militar. Chegando em Porto Alegre, enfrentaram outro batalhão da Brigada Militar com mais de 100 brigadianos e 20 viaturas que fizeram os ônibus desviarem de rota. Os sem-terra resolveram seguir a pé até o local da manifestação. Com apoio da CPT, da Comissão de Direitos Humanos e de 2 deputados, conseguiram uma audiência com o governador, que reproduziu a mesma proposta. Se os trabalhadores não viam perspectiva junto ao governo estadual, a situação era pior com relação ao governo federal. Logo depois da reunião com o governador, a comissão de negociação recebeu a informação que o Exército iria invadir o acampamento e quem estava fora não entrava, e quem estava dentro não saía. Os sem-terra voltaram rapidamente para a Encruzilhada e chegaram um pouco antes do Exército. Com a intervenção, o acampamento foi declarado Área de Segurança Nacional.

2.12.3 A intervenção militar

Segundo Fernandes (1999), na luta em busca de um pedaço de terra para sobreviver, as famílias de camponeses têm sua história própria, que é rica de fatos e que marcam a trajetória desenvolvida nessa árdua batalha, onde os governos estadual e federal não têm o mínimo de decência para defender os latifundiários e o agronegócio. Dessa maneira, não medem esforços em reprimir os que realmente precisam, que são os trabalhadores. No caso da Encruzilhada Natalino não foi diferente onde o Exército foi mandado com o intuito de acabar com a luta que os trabalhadores rurais estavam empreendendo.

Ainda para Fernandes (1999), a espionagem no acampamento vinha sendo praticada pelos militares há algum tempo. Diversas vezes os sem-terra expulsaram suspeitos do acampamento, que eram infiltrados da Polícia e do Exército. De modo que estes já possuíam muitas informações a respeito da situação dos colonos. No dia 30 de julho de 1981, o acampamento sofreu intervenção militar federal, com a presença do Exército, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Estadual. O comando da intervenção estava a cargo do major Sebastião Rodrigues Moura, conhecido como Curió, famoso capacho do governo militar, especialista em desmobilizar ações de resistência popular e garantia que em 15 dias resolveria aquele caso. Ele já havia atuado em áreas de conflitos da Região Norte e Nordeste. O cerco ao acampamento consistia no fechamento de todas as entradas. Os interventores alugaram um

pavilhão em uma fazenda vizinha ao acampamento, montaram uma barraca na entrada principal e colocaram alto-falantes em torno do acampamento.

Segundo Iokoi (1991), foram expulsos os grupos solidários: Sindicatos, Contag, Fetag, Comunidades Eclesiais de Base, Associações, etc. A entrada e saída do acampamento foi controlada. Foi proibida a remessa de agasalhos, alimentos etc. O governo resolveu prover o acampamento com víveres, como forma de acuar o movimento, controlando o acesso e a sobrevivência. Essa militarização do acampamento forçou a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul a realizar um levantamento de áreas de terra colocadas à venda no Estado. Baseados em anúncios classificados e telefonemas para escritórios imobiliários, os deputados localizaram 123.437 hectares, ou seja, meio por cento das terras do Estado estavam colocadas à venda. Os bispos do Rio Grande do Sul, reunidos em Passo Fundo, publicaram um documento exigindo o assentamento das famílias acampadas em solo gaúcho. Propuseram a redução do módulo agrícola que estava definido em 22 hectares, na Fazenda Anoni, para 12,5 hectares, redução esta que assentaria 700 famílias e não apenas as 268 famílias oriundas da barragem de Passo Real.

Conforme Iokoi (1991), o INCRA inicialmente recusou, afirmando ser essa uma forma de minifundiar ainda mais a propriedade rural gaúcha. Entretanto, como os projetos de assentamento que o governo gaúcho realizara nas fazendas Macali e Brilhante variavam em torno de 12 a 14 hectares. O INCRA teve que mudar a linha de argumentação. A área poderia ser menor e o próprio governo já havia autorizado módulos agrícolas de 12 hectares. Outra solução apontada pelos bispos era a aquisição de terra com repasse dos custos para os colonos. Os bispos ainda apontavam, como alternativa, as terras que o próprio Exército colocava em licitação para arrendamento agropecuário. Parecia aos bispos que o Exército não precisava das terras, que poderiam assim ser desapropriadas.

Segue Iokoi (1991), a Igreja continuava pressionando o governo para solucionar o conflito em bom termo, e nessa linha de ação D. Paulo Moretto visitou os acampados, concedendo entrevista ao Correio Rio-Grandense, afirmando que a Regional Sul da CNBB estava ao lado dos acampados esforçando-se junto ao governo por solucionar pacificamente a contenda. Em agosto, cerca de 137 padres rezaram na Encruzilhada do Natalino. A missa homenageava a resistência dos acampados, que já há 6 meses permaneciam na estrada, enfrentando as maiores dificuldades. Para que os padres entrassem no acampamento, o “major Curio” identificou a todos, fazendo-os esperar por longas horas. Os padres reafirmaram os documentos dos bispos e uniram-se na luta pelo assentamento dos colonos. Solidários à mensagem que a CPT enviará aos colonos Sem Terra do Natalino e ao telegrama de apoio

assinado por 27 bispos representando as várias regiões do Brasil, os padres procuram permanecer, no acampamento. Em apoio à luta do Natalino a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), realizada na Praia Grande, em São Paulo, em 1980, enviou um documento aos bispos e às autoridades do Rio Grande do Sul e do INCRA.

Para Iokoi (1991), em outubro, o Papa João Paulo II telefonou a D. Ivo Lorscheider para obter notícias dos acampados. Mesmo assim, a pressão contra o grupo continuou, culminando com a remoção do padre Arnildo Fritzen do acampamento, acusado de comunista, porque exercia grande liderança em Ronda Alta. Nos dias 31 de outubro, 1º e 2 de novembro de 1981, em São Leopoldo, ocorreu o II Encontro Inter-Eclesial das Comunidades Eclesiais de Base do Rio Grande do Sul. Consideraram-se sob o signo de Ronda Alta e, após debates e reflexões sobre a luta no Natalino, qualificaram-na como a luta de todos os camponeses gaúchos e organizaram uma comissão para ir a Brasília participar de um encontro de sindicalistas e entregar seus documentos ao Congresso, ao INCRA e ao palácio do Planalto. Mesmo assim nenhuma solução foi apontada.

Segundo Iokoi (1991), em 18 de janeiro de 1982, o governador Amaral de Souza, foi a Ronda Alta inaugurar uma nova agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Ele se recusou a ir à Encruzilhada do Natalino; no entanto, vieram ao seu encontro 80 (oitenta) colonos com faixas reivindicatórias, cantando *“a classe roceira e a classe operária, ansiosas esperam a Reforma Agrária”*. Enquanto o governador discursava acusando os agentes da Pastoral de estarem “pregando o falso Evangelho, instigando a vagabundagem e a desordem”, a maioria do povo cantava a canção do Sem Terra. O governador afirmou que mandaria tirar do acampamento a Irmã Aurélia, que prestava assistência aos acampados, agentes pastorais da paróquia e da CPT, e ainda se manifestou contrário ao padre Arnildo Fritzen. Para proteger o padre, ameaçado pela Lei da Segurança Nacional e a Irmã, pela Lei dos Estrangeiros, a diocese retirou ambos do Natalino. Além das tropas policiais, chegaram ao local jagunços para ameaçarem os camponeses.

De acordo com Fernandes (1999), em fevereiro de 1982, num encontro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os acampados propuseram à Igreja que comprasse uma área em Ronda Alta, para onde as famílias pudessem ser transferidas provisoriamente. Era uma forma de retomar a luta e continuar o enfrentamento com o governo, exigindo o assentamento no estado. Nesse mês, a CPT realizou a V Romaria da Terra e reuniu mais de 20.000 pessoas. A CNBB atendeu o pedido dos sem-terra, contribuiu e coordenou uma campanha nacional de arrecadação nas paróquias, para comprar a terra e transferir os acampados. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana também contribuiu e realizou a

campanha em suas paróquias. Foi comprada uma área de 108 hectares, próxima da Barragem do Rio Passo Fundo, no município de Ronda Alta, destinada ao assentamento provisório das famílias da Encruzilhada. A área foi denominada de Nova Ronda Alta.

Segundo Fernandes (1999), no dia 12 de março, as famílias começaram a ser transferidas para o assentamento provisório. Em Nova Ronda Alta, organizaram-se em equipes de trabalho e comissões para continuar a pressão contra o governo. Todavia, mesmo dentro de seu território, os sem-terra, continuaram a ser perseguidos pela Brigada Militar. No começo de abril, em torno de vinte brigadianos acamparam em uma ilha, a trezentos metros de Nova Ronda Alta e observavam o movimento do assentamento provisório. Durante mais de um ano e meio os sem-terra persistiram na luta. Com as eleições para governador, discutiram com os candidatos a solução que defendiam para a questão da terra. Em setembro de 1983, o governador eleito autorizou a compra de 1.870 hectares para o assentamento definitivo das famílias, no municípios de Ronda Alta, Cruz Alta e Palmeira das Missões. Também foram assentados no Estado, 30 famílias que aguardavam no acampamento Quero – Quero, mas que desistiram de ir para Lucas do Rio Verde – MT. Terminava aquela ação dos sem-terra, mas a luta pela terra continuava com os sentidos e significados da resistência que marcaram a Encruzilhada. O governo militar foi derrotado e os camponeses deram uma lição de organização, contribuindo para a construção da democracia.

O acampamento Natalino chegou a ter 601 famílias. Sendo que 142 desistiram e 252 foram para o Mato Grosso. Para Nova Ronda Alta foram, provisoriamente, 207 famílias, onde permaneceram 10 famílias. As outras foram assentadas no município de Ronda Alta, nos assentamentos Nossa Senhora Conquistadora de Terra e Vitória da União, e no assentamento Rincão do Ivaí, no município de Salto do Jacuí. Das famílias que foram para o projeto Lucas do Rio Verde – MT, em 1986 restavam apenas 15 famílias. As outras venderam os lotes e migraram para outras regiões ou voltaram para o Sul. Desde a beira da estrada até o assentamento, os sem-terra aprenderam a resistir. A resistência foi alimentada pelo apoio constante e pelas organizações. O aprendizado foi uma das mais importantes lições de cidadania na formação do Movimento.

2.12.4 A retirada da intervenção

Segundo Fernandes (1999), o major Curió tornou-se conhecido entre os acampados. Havia um trabalhador que o conhecia do garimpo de Serra Pelada, no Pará, e divulgava suas práticas e táticas. Também um acontecimento notável possibilitou, maior conhecimento das

táticas do interventor. Numa ocasião, quando um acampado tentava sintonizar uma estação de rádio, captou a frequência na qual os interventores se comunicavam com Brasília. Desse dia em diante, os acampados passaram a acompanhar suas conversas a se anteciparem às suas tentativas de cooptação, como por exemplo quando Curió chamou a imprensa para distribuir doces as crianças. Como os pais estavam informados, orientaram seus filhos para aceitarem o presente, agradecerem e pedirem terra para plantar.

Para Fernandes (1999), a missão de Curió era desmanchar o acampamento e levar as famílias para os projetos de colonização. Montou uma grande barraca onde mostrava slides e filmes acerca dos projetos de colonização no Acre, em Roraima, Mato Grosso e Bahia. Propôs levar uma comissão de sem-terra para conhecer o projeto Serra do Ramalho, na Bahia. Vieram dois aviões Búfalo da Força Aérea e transportaram os colonos para a área. Chegando numa agrovila do projeto, foram recepcionados com uma churrascada.

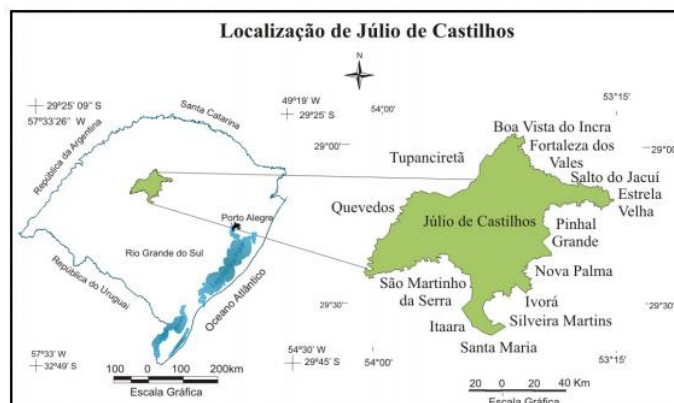
Contudo, quando a comitiva começou a lavar as mãos acabou água. E não tinha mais água. De volta, a maior parte da comissão declarou que o projeto era inviável, porque o solo era muito arenoso e pela falta de água. Diante da recusa, aumentava a violência. Passaram transitar continuamente com caminhões, de ponta a ponta do acampamento, levantando poeira. Destruíram as fontes de água, colocando os cavalos para pisotear, criando pavor. Depois fez outra proposta, levar as famílias para o projeto de colonização Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, criado exclusivamente para assentar os acampados da Encruzilhada. Diante da pressão, os interventores conseguiram dividir o acampamento e 137 famílias aceitaram partir para a área. A maior parte recusou. Além da pressão, outros fatores que levavam as famílias a aceitar a mudança para o projeto de colonização eram a situação em que se encontravam e o desespero. Estes mesmos fatores também causariam o retorno da maior parte dessas famílias. Os interventores criaram outro acampamento e transferiram as famílias aceitantes. Esse acampamento foi denominado de Quero – Quero. No acampamento Natalino, os barracos dessas famílias foram queimados, ameaçando os que não aceitaram a proposta de transferência. Impediram totalmente visitas ao acampamento Natalino. Várias entidades de apoio denunciaram na imprensa que o acampamento fora transformado num campo de concentração. Entraram com um pedido de salvo-conduto para que uma comitiva visitasse o acampamento. Realizaram uma grande manifestação com a participação de 137 padres do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de membros da Ordem dos Advogados do Brasil, de deputados federais e estaduais. Quando outros visitantes foram impedidos de entrar, pelos soldados do Exército, os acampados pegaram a cruz com as escoras e romperam a barreira

militar, possibilitando a entrada. Começava, assim a derrota dos interventores federais. A resistência dos sem-terra e o apoio das entidades foram determinantes.

De acordo com Fernandes (1999), no dia 31 de agosto, os interventores se retiraram do acampamento Encruzilhada Natalino. Curió foi derrotado. Passaram-se 30 dias da sua chagada e a maior parte das famílias permaneciam no acampamento, recusando a proposta do governo. Ao sair do acampamento, o major recebeu de presente dos colonos um cipó com 16 nós e meio, significando que depois de 16 vitórias em outras regiões do Brasil, na Encruzilhada ele perdeu. Embora vencidos, os interventores devastaram parte do acampamento. Por meio da cooptação, da ameaça, da exploração da miséria dos acampados e de outros modos menos aceitáveis, eles tentaram desenraizar a luta. A vitória dos acampados da Encruzilhada demarcou a história das lutas camponesas. Foi uma prova concreta que a resistência e a persistência eram as armas que o modelo econômico e a política dos militares não puderam vencer.

2.13 A CIDADE DE JÚLIO DE CASTILHOS

A origem da cidade está ligada ao processo de ocupação na economia do Rio Grande do Sul, onde o povoamento deu-se mais tarde em relação ao resto do país. O povoamento na parte sul decorreu de disputa por território entre Portugal e Espanha. Na Figura 1, apresenta-se o Mapa do Rio Grande do Sul e do Município de Júlio de Castilhos.



Fonte: trabalho de laboratório desenvolvido no GPET

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul e do Município de Júlio de Castilhos

As reduções que vieram do Paraguai em 1626, foram as responsáveis pela ocupação de nosso estado, foram também os jesuítas que trouxeram o gado da Província de Corrientes, na Argentina, que seria [...] o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha [...] (PESAVENTO, 1997, p. 09).

As reduções estavam localizadas no noroeste do Rio Grande do Sul, sendo que a redução Nossa Senhora da Natividade, que havia sido fundada em 1693, estava localizada onde mais tarde seria criado o aldeamento que deu origem ao atual município de Júlio de Castilhos. Essas reduções foram destruídas em 1640, pelos bandeirantes que saíam a captura dos índios, mas em 1682 os jesuítas voltam ao Rio Grande do Sul e recapturam o gado que havia sido deixado, e o transferem para o nordeste do estado, dessa maneira vão formar novos rebanhos. Neste Período, no centro-oeste do estado, fundaram os Sete Povos das Missões que se tornariam importantes centros econômicos de criação de gado e de cultivo de erva-mate (PESAVENTO, 1997).

Em 1750, foi criado o forte de Rio Pardo, na Depressão Central, possibilitando com isso a propagação das estâncias, que desde o início do povoamento estavam radicadas no litoral, facilitando dessa maneira que elas se espalhassem pelo interior do estado. Neste forte está incluída a área onde hoje está localizado o Município de Júlio de Castilhos.

Em 1877 forma-se um pequeno povoamento chamado de Povo Novo, formado por tropeiros procedentes dos estados de São Paulo e Paraná, localizado entre os municípios de Cruz Alta e São Martinho da Serra. Esta área de terra foi doada pelo estancieiro João Alvarenga (FAMURS, 2003).

Este povoado no ano de 1880, foi elevado a categoria de freguesia, sendo chamado de Nossa Senhora da Piedade do Povo Novo. Passados cinco anos a freguesia é transformada em vila, passando a denominar-se Nossa Senhora da Piedade de Vila Rica. Posteriormente, em 1905, recebeu a atual denominação de Júlio de Castilhos em homenagem a Júlio Prates de Castilhos (FAMURS, 2003).

Em 14 de julho de 1891, passa a adotar somente o nome de Júlio de Castilhos, pela Lei nº 607, emancipando-se de São Martinho da Serra.

Júlio de Castilhos é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul. Localizado na Mesorregião do Centro Ocidental Rio-Grandense e na Microrregião de Santiago. De acordo com o censo populacional de 2010 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- o município possui uma população de 19.579 habitantes, em uma área de 1.929.383 Km², e uma densidade demográfica de 10,15 habitantes/Km², estando a uma altitude em relação ao mar de 513 metros. Possui ainda três distritos, Val de Serra, Três Mártires, e São João dos Mellos.

2.13.1 Os Assentamentos de Júlio de Castilhos

Os Assentamentos da Cidade de Júlio de Castilhos, RS estão apresentados na Figura 2.



Fonte: Google earth

Figura 2 - Assentamento Ramada (setas pretas), Assentamento Santa Júlia (seta vermelha) e Assentamento Alvorada (cabeça de seta)

2.13.2 O Assentamento da Ramada

O Assentamento da Ramada foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no mês de maio de 1989, após muita luta para obtenção da terra. Possui uma área de 2.649,5 hectares, onde foram assentados 102 famílias de camponeses, totalizando aproximadamente 500 pessoas, cabendo a cada família assentada uma área de aproximadamente 25 hectares (MOREIRA e DAVID, 2008).

O Assentamento está localizado na Microrregião de Júlio de Castilhos, a qual pertence a Regional do MST que também tem o mesmo nome. O referido assentamento está dividido em três comunidades, a saber: a Sede, a Comunidade de São João, e a Comunidade da Invernadinha.

A história da luta pela terra das famílias da RAMADA teve início em 1985, quando ocorreu a ocupação da fazenda Anoni, em Sarandi no Rio Grande do Sul, onde 33 famílias originárias da região do Alto Uruguai, que fica no Noroeste do estado começaram a se organizar por ocasião da espacialização da luta da Encruzilhada Natalino.

Ainda conforme Buth (2005), antes que a ocupação da Anoni ocorresse em agosto de 1985, 75 famílias ocuparam a estação Experimental Fitotécnica da Secretaria da Agricultura em Santo Augusto, município da porção Noroeste do estado. Foi a primeira ocupação do MST no estado do Rio Grande do Sul, e resultou no não atendimento das propostas de modificação do Fundo de Terras. Para os assentados da RAMADA esta ocupação representou mais uma

experiência de acampamento. Tendo ocupado a área de madrugada em menos de 24 horas a Brigada Militar despejou as famílias. Alguns retornaram para sua região, outros acamparam em uma área cedida por um pequeno proprietário no município de Erval Seco.

Segue Buth (2005), mesmo com essa derrota o Movimento continuou organizando as famílias e articulando os trabalhadores rurais da região noroeste do estado. Ocorreu assim, em 29 de outubro de 1985 a ocupação da Fazenda Anoni que naquele momento encontrava-se á onze anos em disputa judicial. A área foi ocupada conforme Fernandes (2000), por 1.500 famílias, somando em torno de 6.500 pessoas.

Mas os assentados afirmam que as famílias que ocuparam a área era de 2.500 famílias sendo que os assentados foram 1.500 devido a desistência de outras 1.000 famílias no transcorrer de 4 anos de acampamento, a informação dos assentados confere com os dados do MST/RS (2003), que contabilizou 8.500 pessoas na ocupação da Fazenda Anoni.

O camponês que luta por um pedaço terra, está lutando pela sua inserção social, pois este deixa de ser um sem terra para se tornar um assentado, atingindo o seu objetivo até aquele momento, mas é bom destacar que essa luta não para por aí, pois reforma agrária não é apenas e tão somente redistribuir terra, ela é também a oportunidade de reinserção ou de inserção no sistema econômico (MARTINS, 2002). Mas esta inserção vem dificultada já que não existem políticas públicas específicas que beneficie a agricultura familiar, principalmente para os assentamentos, por via de regra estes são descapitalizados e não são possuidores de bens materiais, o que vai dificultar o início de seu trabalho como produtor rural.

De acordo com Chayanov (1974), que vislumbrava um aumento dos estabelecimentos rurais de economia familiar, com a inserção do capitalismo no campo, haveria uma substituição do campesinato pelo surgimento de agricultura familiar capitalizada, suas afirmações em 1925 estavam corretas. Portanto, os assentados nada mais são do que agricultores familiares, que estão inseridos no modelo capitalista, pois os mesmos são frutos desse modelo (MOREIRA e DAVID, 2008).

Na Ramada também existe um grupo de assentados que formam uma espécie de associação com o intuito de melhorar a produção do assentamento, tanto na plantação onde usam maquinário em comum, como na criação de gado leiteiro, que é uma das principais fontes de arrecadação. O Assentamento possui um núcleo onde estão localizadas a Escola e a Igreja. A Escola é chamada de 15 de Março, e tem 43 alunos, que vai até a 8ª série do ensino fundamental, cuja foto está apresentada na Figura 3.



Fonte: Fotografada pelo autor

Figura 3 - Escola Estadual 15 de Março

2.13.3 Assentamento Alvorada

A Fazenda da Alvorada com 1.569 hectares estava sob processo judicial pelo não pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), e ainda estava sob vistoria do INCRA por ser considerada ociosa desde 1986.

Dessa forma, houve uma grande mobilização do MST, quando no ano de 1996 ela foi ocupada por 1200 famílias oriundas de três acampamentos localizados em Cruz Alta, Lagoa Vermelha e Encruzilhada do Sul. Essa ocupação teve a finalidade de pressionar e acelerar o processo de desapropriação, que estava se arrastando na justiça a quase uma década. Durante o processo de ocupação, a Brigada Militar destacou 300 homens para a fazenda, mas a ação de ambas as partes foi pacífica (MOREIRA e DAVID, 2008).

Ainda segundo Moreira e David (2008), como esta fazenda é cortada pela BR 158, as 1200 famílias não ficaram somente dentro da fazenda, elas instalaram-se também as margens dessa rodovia. Essa atitude segundo um assentado da Alvorada, teve como finalidade a divulgação para a sociedade gaúcha da problemática centenária que o Brasil não reconhece como a má distribuição de terra, o problema da questão fundiária, uma vez que essa rodovia é uma importante rede que serve ao agronegócio.

Conforme as palavras de uma líder do assentamento:

São 1569 hectares onde somente havia duas pessoas morando, o capataz e o peão, o antigo dono que é um médico só passava aqui pra pagar o salário dos dois empregados. Criavam uns 25 cavalos, e o resto era capim, também tinha uns 100 hectares de soja plantada e de resto não tinha nada. Os dois empregados também receberam um lote cada um (MOREIRA; DAVID, 2008, p. 493).

Assim, na data de 10 de fevereiro de 1996, a fazenda da Alvorada foi desapropriada e dividida em 72 lotes, onde dois não participaram do sorteio para as 1.200 famílias, pois a eles foi destinado um lote cada por serem os antigos empregados da fazenda. Cada lote ficou em média com 21,7 hectares. Porém, o que foi mais relevante foi a permanência das 1.140 famílias que não obtiveram seu lote no sorteio, pois ainda continuavam marginalizados, mas como eram conscientes da luta, permaneceram no movimento na busca da inserção social através da terra que tanto lutavam (MOREIRA e DAVID, 2008).

Ao falar sobre as dificuldades enfrentadas no assentamento, relembra uma assentada juntamente com o seu marido:

O começo, logo após a fundação foi difícil, cada família, recebeu apenas 1700 reais para construir as suas casas, por isso é que todas naquele período foram de madeira, alguns já construíram de alvenaria, mas a maioria ainda é de madeira. A energia elétrica só veio no fim do ano de 2000 e água encanada de qualidade não temos até hoje. Bebemos água da cacimba, isso dá problema de saúde. A luta é constante, já fizemos vários pedidos pros governos, mas até hoje nada (MOREIRA e DAVID, 2008, p. 493).

No Assentamento existe um núcleo onde estão localizados a Associação Comunitária, que funciona com recursos arrecadados dos frequentadores nos finais de semana. Nessa associação tem cancha de bocha, campo de futebol, campo de vôlei, salão comunitário onde são realizadas festas de confraternização dos assentados.

Na realidade são os frequentadores do salão que mantêm as benfeitorias da comunidade, com os gastos que realizam no salão comunitário, pois o lucro das festas é investido na construção de novas peças e nos reparos que são feitos no mesmo. Ainda no núcleo do assentamento que é chamado pelos assentados de sede existe uma capela e a escola que funciona até a 4ª série do ensino fundamental, e uma pracinha de brinquedo. Na Figura 4, mostra-se a foto da Escola Municipal São Francisco e na Figura 5, é apresentada a foto do Salão de Jogos (seta vermelha) e da Capela (seta preta).



Fonte: Fotografada pelo autor

Figura 4 - Escola Municipal São Francisco



Fonte: Fotografada pelo autor

Figura 5 - Salão de jogos (seta vermelha) e capela (seta preta)

2.13.4 Assentamento Santa Júlia

A antiga Fazenda Santa Júlia com 1.156 hectares, e que era de propriedade de um empresário português. Com a morte desse latifundiário, cada um dos seus três filhos recebeu de herança uma dessas fazendas (MOREIRA e DAVID, 2008).

Ainda segundo Moreira e David (2008), a herdeira que recebeu a Fazenda Santa Júlia era empresária, no Rio de Janeiro, e nunca havia estado em Júlio de Castilhos. Assim, conforme os entrevistados, essa empresária vendeu a fazenda para outro empresário, de origem portuguesa que queria investir no Brasil.

Após esse momento, a Fazenda Santa Júlia ficou ociosa por mais de 2 anos, quando o MST, em 1999, a ocupou. Famílias vindas de outros acampamentos ao norte do Estado, como

Rondinha, Cruz Alta e Passo Fundo, constituíram essa ocupação. Ao saber do acontecido, o proprietário e empresário português, imediatamente fez uma proposta de venda ao governo brasileiro, a qual foi aceita através do INCRA, não ocorrendo litígio pela propriedade através da reintegração e posse (MOREIRA e DAVID, 2008).

Ainda para Moreira e David (2008), em 15 de setembro de 1999, a indenização foi paga ao proprietário e, na mesma data houve o sorteio das 59 famílias, que iriam receber seus lotes no assentamento Santa Júlia, um lote foi destinado ao antigo capataz do latifúndio.

Os lotes no Assentamento variam de tamanho, sendo que o menor deles é de 18,5 hectares e o maior é de 24 hectares, em média possuem 19 hectares. Essa diferença de até 5 hectares de um lote para o outro, deve-se ao motivo de que há áreas de mata nativa, que devem ser preservadas. Com isso, diminui a área agricultável pela família que recebeu o lote com a mata, portanto, a saída mais viável foi compensá-la, dessa maneira. A família recebia alguns hectares a mais para fazer uma hegemônica média de área agricultável.

Para que isso acontecesse, o desmembramento e a demarcação exata dos 60 lotes, o INCRA demorou quase que um ano, mas as casas foram construídas todas de alvenaria no mesmo ano, contando com recursos do próprio INCRA e também do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Em se tratando da infra-estrutura, a água encanada, energia elétrica e a estrada demoraram ainda três anos para que fossem implantados no assentamento. A energia elétrica, recebida no assentamento conta com uma rede trifásica, propiciando a utilização de maquinário pesado e de uma possível agroindústria. Até o ano de 2002, a única estrada existente no assentamento era a que ligava a sede do antigo latifúndio até a estrada principal, mas com o auxílio do maquinário da Prefeitura Municipal e recursos do INCRA, essa realidade mudou. A estrada foi aberta até os lotes mais distantes, que estavam localizados na extremidade do assentamento, há cerca de 5 quilômetros da estrada principal, onde antes só existia caminhos e trilhas. O saneamento do assentamento é razoável. No ano de 2002 todas as residências receberam água encanada vinda de um poço artesiano localizado no centro comunitário, antiga sede do latifúndio, ainda há dois projetos em tramitação no INCRA, para ser implantado nas residências, um que seria a construção de mais um poço artesiano, e a construção de fossas biodigestoras para substituir os poços negros (MOREIRA e DAVID, 2008).

Na Figura 6, é apresentada a foto da sede do Assentamento.



Fonte: Fotografada pelo autor

Figura 6 - Sede do Assentamento Santa Júlia (seta)

3 METODOLOGIA

A metodologia aplicada ao presente estudo foi pautada pela realização de um estudo de natureza descritiva e aplicada, com a utilização da metodologia de pesquisa mista, qualitativa e quantitativa, para delinear a coleta, a descrição e análise dos dados. O método misto respondeu à necessidade de entender quantitativamente a relação entre determinadas variáveis e de explorar qualitativamente os aspectos da questão de pesquisa a ser estudada. (CRESWELL; CLARK, 2011).

A pesquisa descritiva possui o objetivo principal de descrever as características de determinado fenômeno, conforme estabelece Gil (2006) e são usualmente utilizadas por pesquisadores preocupados com a atuação prática, pois proporcionam uma nova visão do problema. Para Lakatos e Marconi (2007), a pesquisa aplicada possui interesse prático, para que os resultados sejam aplicados ou utilizados na solução de problemas reais.

A teoria metodológica que permeou o presente estudo foi de base predominantemente pragmática, onde a investigação qualitativa e quantitativa proporcionou um melhor entendimento da questão de pesquisa, orientando-a para a prática no mundo real (CRESWELL, 2007). Segundo o mesmo autor, as alegações de conhecimento pragmáticas “... surgem a partir de ações, de situações e de consequências... (op. cit., p. 29)” e “há uma preocupação com as aplicações” – citando Patton (1990), e com as soluções para os problemas. Creswell afirma que “... para o pesquisador que usa métodos mistos, o pragmatismo abre as portas para métodos múltiplos, diferentes visões de mundo e diferentes suposições, além de diferentes formas de coleta e análise de dados” (op. cit., p. 30).

Com base na utilização de método misto, o procedimento para o levantamento das questões foi descritivo, com a técnica de coleta de dados por questionários (Apêndice – A).

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população é constituída de 234 assentados, sendo 102 no Assentamento Ramada, 60 no Assentamento Santa Júlia e 72 no Assentamento Alvorada. Desta população foi dimensionada uma amostra através da fórmula para amostragem finita (Rivadavia, 1979), conforme Equação (1):

$$n = \frac{(Z_{\alpha/2})^2 \times N \times \hat{p} \times \hat{q}}{e^2 \times (N-1) + (Z_{\alpha/2})^2 \times \hat{p} \times \hat{q}}$$

(1)

onde:

$Z_{\alpha/2} = 1,96$ = valor tabelado (Distribuição Normal Padrão);

$\alpha = 5\%$ = nível de significância;

n = tamanho da amostra;

N = tamanho da população;

$\hat{p} = 0,50$ = proporção estimada de ocorrência da variável em estudo na população;

$\hat{q} = 0,50$ = proporção estimada de não-ocorrência, onde $\hat{p} + \hat{q} = 1$;

$e = 5\%$ = erro máximo permitido.

O tamanho mínimo da amostra foi de 153 assentados, envolvendo os três Assentamentos. A amostra foi dividida de forma proporcional entre os assentamentos, ficando assim constituída: Ramada (67), Santa Júlia (39) e Alvorada (47).

3.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

O Instrumento para coleta dos dados foi um questionário com questões demográficas, socioeconômicas e a versão abreviada em português do Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida da OMS (*WHOQOL-Bref*). (ANEXO I)

Para a realização desta dissertação foi realizada uma pesquisa de campo com 153 assentados dos assentamentos da Cidade de Júlio de Castilhos. A coleta de dados iniciou no mês de maio de 2014 e durou cerca de dois meses, sendo realizada pelo próprio autor.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados pelo questionário aplicado à amostra de assentados, para análise quantitativa, foi realizada com o auxílio do software aplicativo SPSS V.17 (originalmente *Statistics Package for the Social Science*).

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Neste item, será apresentada a análise e discussão dos resultados encontrados na pesquisa empírica.

4.1 RELATO DOS ASSENTADOS PESQUISADOS

4.1.1 Assentamento da Ramada

Um assentado relatou:

“No nosso assentamento temos um grupo da terceira idade onde desenvolvemos diversas atividades, entre elas, grupo de bolão onde nos reunimos para disputar jogos juntamente com outros companheiros. Também temos um grupo de ginástica onde fizemos atividades voltadas para nos manter o corpo e a saúde, e também participamos de bailes no salão da comunidade”.

Outro assentado relatou:

“ Quando nós chegamos aqui, a vida era muito difícil, me lembro muito bem quando íamos fazer compras no comércio, e dávamos o endereço do assentamento, os funcionários das lojas nos olhavam com desconfiança achando que nós éramos bichos. A gente passava uma grande vergonha, mas hoje graças a deus as coisas mudaram, agora quando dizemos que somos assentados nos atendem com a maior boa vontade, isso é sinal que nos respeitam”.

O que se pode perceber foi que os assentados tem uma preocupação muito grande com o meio ambiente, pois não derrubam o mato nativo, preservam os mananciais de água, e as vertentes, que em alguns lugares são em número razoável. O que nós chamou a atenção foi

que um assentado que cercou o mato nativo que possui no lote, onde tem corticeira, coqueiro, pinheiro, etc., fazendo uma reserva ecológica. Neste local tem água corrente onde ele deixou uma entrada para os animais beberem água. Além disso, não aplicam agrotóxico próximo do local onde tem açudes, e vertentes, para não contaminar a corrente de água.

Com referência a plantação, existe alguns assentados que plantam em cooperação, isto é, usam o mesmo maquinário. Assim, formaram uma associação que é composta por cerca de 40 assentados. A associação possui uma diretoria, onde um assentado ocupa o cargo de conselheiro fiscal. Esta associação não tem fins lucrativos nem CNPJ.

4.1.2 Assentamento da Alvorada

A transcrição a seguir refere-se ao depoimento de um entrevistado:

"Existe um grande número de cobras, principalmente; as cruzeiras, e por isso temos que ter muito cuidado. Todos os assentados tem água encanada através de poços artesianos e que alguns assentados também tem fossa. No nosso assentamento também temos um grupo de mulheres que vária de três a quatro esposas de assentados que vendem na feira de Júlio de Castilhos verdura, mandioca, feijão, tempero, pães e cucas".

Quanto o uso do maquinário o assentado relatou:

"Quando o associado quer usar o maquinário tem que se programar para tal, mas isso não é problema pois eles levam controlado a necessidade de cada associado, não existindo nenhum tipo de conflito entre eles, já que o uso do maquinário é rápido pois a quantia de terras para lavrar não é muito grande dando a possibilidade para que os demais façam uso também, mas para usar as máquinas o associado tem que pagar um valor simbólico, este valor é para a manutenção das mesmas".

Quanto à compra do maquinário o assentado relatou:

"Para que a gente pudesse comprar o trator e a semeadeira a prefeitura de Júlio de Castilhos nos ajudou, juntamente com o apoio de políticos. Nós usamos o sistema de silagem para alimentar o gado, e o adubo que nós usamos ele é composto de esterco folhas secas e ainda serragem. Dessa maneira, não agredimos o meio ambiente".

Um assentado que é ligado ao CPT, declarou:

"Quando cheguei aqui as condições eram precárias, eramos todos pobres não tínhamos nada, nem a casa que moro hoje existia, dinheiro era praticamente zero. Passamos muito trabalho mesmo, mas hoje graças a deus a situação melhorou bastante, hoje nós fizemos pão, cucas, bolachas e salgadinhos no forno e colocamos no quiosque na beira da faixa para vender e conseguir dinheiro para nossa manutenção".

Conforme um assentado que foi entrevistado:

"A criação de gado leiteiro é no momento o que da maior lucro para os assentados, sendo que a coleta é feita a cada dois dias.

4.1.3 Assentamento da Santa Júlia

Segundo o ex-capataz da fazenda Santa Júlia, hoje um dos assentados do local, diz que:

A patroa e o português sabendo da distância da capital até aqui, alugaram um avião pra virem aqui na Santa Júlia, (...) voaram ai por cima uns 10 (dez) minutos, acho que acertaram o negócio aí por cima e foram embora. (Risos).

Ele ainda complementa:

“Um mês depois apareceu um advogado dizendo que era o tal de procurador do português, veio com uns homens da justiça e não ficaram mais de meia hora, deram uma olhada na sede, fizeram algumas perguntas, olharam meus documentos e a carteira de trabalho, acertaram o meu salário, disseram que eu ia ficar tomando conta daqui e foram embora. Não deixaram nenhuma ordem, mas eu fiz meu trabalho como sempre.”

No Assentamento Santa Júlia, conforme pode-se observar a maioria dos assentados trabalham com gado leiteiro, e os mesmos possuem ordenhadeira. Também, pode-se observar que alguns assentados estão trocando de ramo, ou seja, deixando de criar gado leiteiro para criar peixes (carpas). E para baratear os custos eles mesmo estão produzindo os alevinos, pois na compra, o custo por unidade, fica em torno de R\$ 0,30 (trinta centavos) e alguns acabam morrendo elevando ainda mais custo. Os assentados do Assentamento Santa Júlia, assim como os do Assentamento Alvorada alegam que não plantam soja por ela se tornar muito cara, quando é plantada em áreas pequenas, e que essa cultura só é viável em áreas grandes, onde os custos se pagam.

No Assentamento Santa Júlia existe um grupo de terceira idade onde os mesmos fazem viagens para praia, para águas termais, e outros lugares, e para arrecadarem dinheiro para essas diversões promovem festas. No assentamento também existe um núcleo sede, onde estão a capela a igreja e uma pracinha.

Um assentado disse que:

“Hoje eu sou dono do meu próprio nariz, não preciso me preocupar com alguém mandando em mim, faço o que eu quero, sou dono do meu tempo, do meu negócio, faço a minha plantação, crio os meus bichinhos, consegui construir uma casa boa, e botar as coisas para dentro dela, as dificuldades foram muito grande, mas graças a deus o tempo em que vivi debaixo da lona preta passou, por que aquecer o sol e a chuva não é fácil.”

4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA

Neste item, será apresentada a análise e discussão dos resultados encontrados na pesquisa empírica em função dos objetivos específicos propostos.

4.2.1 Identificação do perfil dos assentados do Município de Júlio de Castilhos dos Assentamentos Ramada, Alvorada e Santa Júlia.

As Tabelas de 1 a 14 apresentam o perfil dos assentados do Município de Júlio de Castilhos, RS, dos Assentamento Ramada, Alvorada e Santa Júlia.

Tabela 1 - Gênero

Gênero	Frequência	Percentual
Masculino	110	71,9
Feminino	43	28,1
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos 153 entrevistados, a maioria, 71,9% são do gênero masculino. Na Tabela 2, apresenta-se a estatística descritiva referente a idade dos 153 assentados entrevistados.

Tabela 2 - Idade

Estatísticas	Anos
Idade Mínima	21
Idade Máxima	78
Média	48,21
Variância	156,25
Desvio padrão	12,5
Mediana	49
Primeiro Quartil	39,5
Segundo Quartil	49
Terceiro Quartil	57

Fonte: Elaborado pelo autor

Na Tabela 3 encontra-se a estatística descritiva referente a idade dos assentados por Assentamento. E, na Tabela 4 apresenta-se a Análise de Variância (ANOVA) para as idades médias dos assentados.

Tabela 3 – Estatísticas Descritivas referente a idade dos assentados por Assentamentos

Assentamentos	Nº	Média	Mínimo	Máximo	Desvio padrão
Ramada	67	51.81	29	78	9.75338
Alvorada	47	45.72	21	76	14.18006
Santa Júlia	39	45.03	21	68	13.16392

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 4 – Análise de Variância para a idade média dos assentados

Idade	Soma dos quadrados	Df	Médios dos quadrados	F	Sig.
-------	--------------------	----	----------------------	---	------

Entre grupos	1552,451	2	776,225	5,265	,006
Dentro dos grupos	22112,856	150	147,419		
Total	23665,307	153			

Fonte: Elaborado pelo autor

O resultado da análise mostrou que existe diferença entre a idade média do assentado de Santa Júlia e da Alvorada e entre o Assentamento da Alvorada e da Ramada. Na Tabela 5 encontra-se o estado civil dos 153 entrevistados dos 3 assentamentos.

Tabela 5 – Estado Civil

Anos	Frequência	Percentual
Solteiro	14	9,2
Casado	115	75,2
Vivendo maritalmente	7	4,6
Separado/Divorciado	10	6,5
Viúvo	7	4,6
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos 153 entrevistados, a maioria, 75,2% são casados. A Tabela 6 mostra a escolaridade dos 153 assentados.

Tabela 6 - Escolaridade

Categorias	Frequência	Percentual
Ensino Fundamental	130	85,0
Ensino Médio	12	7,8
Curso Superior	8	5,2
Analfabeto	3	2,0
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto a escolaridade, a maioria, 85% possuem o ensino fundamental. A Tabela 7 mostra a ocupação dos assentados antes da aquisição dos Assentamentos.

Tabela 7 – Ocupação anterior

Categoria	Frequência	Percentual
Não tinha	1	0,7
Trabalho no Campo	142	92,8
Professor	5	3,3
Ex-frade	2	1,3
Agente Comunitário	1	0,7
Pomar	1	0,7

Militar/Campo	1	0,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação à ocupação antes de fazer parte do assentamento, a maioria, 92,8% trabalhavam no campo. Como os assentados entrevistados se classificam em relação a outras pessoas de sua idade quanto a sua situação financeira e bens/posse, encontra-se na Tabela 8.

Tabela 8 - Comparação a outras pessoas da sua idade, como você classifica a sua situação financeira e bens/posses

Categorias	Frequência	Percentual
Levemente acima da média	5	3,3
Na média	143	93,5
Levemente abaixo da média	3	2,0
Bem abaixo da média	2	1,3
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 93,5% responderam que se classificam na média em relação a outras pessoas de sua idade quanto a sua situação financeira e bens/posses. A Tabela 9 apresenta a distribuição de renda, em reais, dos 153 assentados entrevistados. As estatísticas descritivas referentes ao salário dos assentados por Assentamento estão na Tabela 10

Tabela 9 - Distribuição da renda familiar em reais

Renda	Ponto Médio	Nº	Percentual
300.0 — 1762.6	1031.3	30	19.61
1762.6 — 3225.3	2493.9	45	29.41
3225.3 — 4687.9	3956.6	35	2.88
4687.9 — 6150.5	5419.2	27	17.65
6150.5 — 7613.1	6881.8	2	1.31
7613.1 — 9075.8	8344.4	6	3.92
9075.8 — 10538.4	9807.1	4	2.61
10538.4 — 12001.0	11269.7	4	2.61
Total		153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 10 - Estatísticas Descritivas referentes ao salário dos assentados por Assentamento

Assentamentos	Nº de	Média	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão
Ramada	67	4347.76	800.0000	12000.00	2511.993
Alvorada	47	2704.26	300.0000	5000.00	1497.673
Santa Júlia	39	3941.03	700.0000	12000.00	2871.064

Fonte: Elaborado pelo autor

E, na Tabela 11 encontra-se a análise de variância para verificar se existe diferença significativa entre a renda dos assentados por Assentamento.

Tabela 11 - Análise de variância da renda dos assentados por Assentamento

Renda	Soma dos quadrados	Graus de liberdade	Média dos quadrados	F	P (sig)
Entre grupos	76744033,793	2	38372016,896	6,911	0,001
Dentro dos grupos	832880672,090	150	5552537,814		
Total	909624705,882	152			

Fonte: Elaborado pelo autor

Pelo resultado obtido pode-se observar que existe diferença significativa na renda familiar entre os três Assentamentos. A diferença significativa para $p < 0,05$ é entre a média salarial do Assentamento Alvorada (R\$ 2.704,26) e a média salarial do Assentamento Ramada (R\$ 4.347,76). Na Tabela 12 pode-se visualizar o número de filhos.

Tabela 12 - Número de filhos

Número	Frequência	Percentual
1,00	25	16,3
2,00	48	31,4
3,00	51	33,3
4,00	18	11,8
5,00	5	3,3
6,00	3	2,0
7,00	2	1,3
10,00	1	0,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 81% possuem de 1 a 3 filhos e 19% possuem 4 ou mais. Um assentado entrevistado possui 10 filhos. Os resultados constantes das Tabelas 13 a 16 demonstram as condições de saúde dos assentados.

Tabela 13 - Como se considera em relação a saúde

Categorias	Frequência	Percentual
Saudável	116	75,8
Doente	37	24,2
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 75,8% responderam que consideram sua saúde estável.

Tabela 14 - Problemas de saúde que podem interferir na qualidade de vida

Tipo de problema	Frequência	Percentual
Não possuem problema	115	46,2
Hipertensão	21	8,4
Cansaço	4	1,6
Desgaste/quadril	2	0,8
Asma/coluna/sinusite	1	0,4
Hipertensão/ diabetes	1	0,4

Problema Cerebral	1	0,4
Diabetes	3	1,2
Pressão/ coluna/ diabetes	1	0,4
Infartou	1	0,4
Câncer	1	0,4
Hipertensão/Colesterol	1	0,4
Tiróide	1	0,4
Total	153	61,4

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 46,2% afirmam que não ter problemas de saúde e 8,4% possuem hipertensão.

Tabela 15 - Caso tenha algum problema de saúde, usa medicação em função dele

Respostas	Frequência	Percentual
Sim	38	24,8
Não	115	75,2
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 75,2% disseram não utilizam medicamentos.

Tabela 16 - Sistema de Saúde que utilizam

Sistemas	Frequência	Percentual
SUS	138	90,2
IPÊ	7	4,6
PARTICULAR	1	0,7
SINDICADO/SUS	5	3,3
UNIMED/SUS	1	0,7
SUS/IPÊ	1	0,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados, a maioria, 90,2 % responderam que utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS). Nas tabelas 17 e 18, apresentam-se os hábitos dos assentados em relação ao fumo e ao álcool.

Tabela 17 – Se fuma cigarros

Categorias	Frequência	Percentual
Fumante	18	11,8
Ex-fumante	29	19,0
Nunca fumou	106	69,3
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 69,3% responderam que nunca fumaram e 19,0 são ex-fumantes.

Tabela 182 - Frequência de consumo de bebida alcoólica

Respostas	Frequência	Percentual
Diariamente	2	1,3
Muitas vezes na semana	5	3,3
Aproximadamente uma vez por semana	41	26,8
Aproximadamente duas vezes por mês	4	2,6
Uma vez por mês ou menos	54	35,3
Nunca	47	30,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 30,7% responderam que nunca beberam e 69,3% bebem, ou seja, 1,3% diariamente e 35,3% a uma vez por mês ou menos. As Tabelas de 19 a 43 apresentam o resultado obtido referentes as implicações sociais e ambientais dos assentados.

Tabela 39 - O quanto você aproveita a vida

Categorias	Frequência	Percentual
Muito pouco	7	4,6
Mais ou menos	15	9,8
Bastante	130	85,0
Extremamente	1	,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos 153 assentados entrevistados, 85,0% responderam que aproveitam bastante a vida.

Tabela 20 - O quanto você se valoriza

Categorias	Frequência	Percentual
Nada	2	1,3
Muito pouco	1	,7
Mais ou menos	6	3,9
Bastante	139	90,8
Extremamente	5	3,3
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

No que se refere, quanto o assentado valoriza sua pessoa, 90,8% responderam que se valorizam bastante.

Tabela 21 - O quanto algum sentimento de depressão lhe incomoda

Categoria	Frequência	Percentual
Nada	144	94,1
Muito pouco	6	3,9
Mais ou menos	3	2,0
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Para 94,1% dos entrevistados, eles não possuem sentimento de depressão.

Tabela 22 - Quão sozinho você se sente na vida

Categoria	Frequência	Percentual
Nada	130	85,0
Muito pouco	16	10,5
Mais ou menos	2	1,3
Bastante	3	2,0
Extremamente	2	1,3
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos 153 entrevistados, 85,0% responderam que não se sentem sozinhos na vida.

Tabela 4 - Você acha que vive em um ambiente seguro

Categorias	Frequência	Percentual
Nada	6	3,9
Muito pouco	3	2,0
Mais ou menos	3	2,0
Bastante	122	79,7
Extremamente	19	12,4
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 24 - Quão confortável é o lugar onde você mora

Categorias	Frequência	Percentual
Mais ou menos	5	3,3
Bastante	137	89,5
Extremamente	11	7,2
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

O lugar onde mora, para 89,5% é bastante confortável.

Tabela 25 - O quanto você gosta de onde mora

Categorias	Frequência	Percentual
Muito pouco	1	0,7
Mais ou menos	1	0,7
Bastante	140	91,5
Extremamente	11	7,2
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 91,5% responderam que gostam de onde moram.

Tabela 26 - Se tem dificuldades financeiras

Categorias	Frequência	Percentual
Nada	16	10,5
Muito pouco	50	32,7
Mais ou menos	82	53,6
Bastante	4	2,6
Extremamente	1	0,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo os 153 entrevistados, 53,6% responderam que tem mais ou menos dificuldades financeiras.

Tabela 27 - Quão facilmente você tem acesso a bons cuidados médicos

Categorias	Frequência	Percentual
Nada	22	14,4
Muito pouco	56	36,6
Mais ou menos	61	39,9
Bastante	14	9,2
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 36,6% e 39,9% responderam que tem muito pouco e mais ou menos acesso a bons cuidados médicos, respectivamente.

Tabela 58 - Quão preocupado(a) você está com o barulho na área que você vive

Categorias	Frequência	Percentual
Nada	149	97,4
Muito pouco	3	2,0
Bastante	1	0,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados, 97,4% responderam que o barulho na área que vivem, não os perturbam.

Tabela 29 - Em que medida você tem problema com transporte

Categorias	Frequência	Percentual
Nada	121	79,1
Muito pouco	23	15,0
Mais ou menos	5	3,3
Bastante	3	2,0
Extremamente	1	,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto ao transporte, 79,1% dos assentados entrevistados não enfrentam problema algum.

Tabela 6 - Que meio de transporte você usa

Meio de transporte	Frequência	Percentual
Ônibus	34	22,2
Carro	115	75,2
Táxi	3	2,0
Outros	1	0,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 75,2% utilizam o carro como meio de transporte.

Tabela 7 - O quanto o transporte dificulta sua vida

Categorias	Frequência	Percentual
Nada	135	88,2
Muito pouco	16	10,5
Mais ou menos	1	0,7
Bastante	1	0,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

O transporte para 88,2% dos respondentes não dificultam em nada sua vida.

Tabela 32 - Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?

	Frequência	Percentual
Nada	4	2,6
Muito pouco	13	8,5
Mais ou menos	116	75,8
Bastante	19	12,4
Extremamente	1	0,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 75,8% responderam que possuem dinheiro mais ou menos suficiente para satisfazer suas necessidades.

Tabela 33 - Em que medida você tem oportunidade de atividades de lazer

Categorias	Frequência	Percentual
Nada	2	1,3
Muito pouco	20	13,1
Mais ou menos	31	20,3
Bastante	99	64,7
Extremamente	1	0,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto a atividades de lazer, 64,7% dos assentados entrevistados responderam que possuem bastante oportunidade de diversão.

Tabela 8 - Costuma ter atividades de lazer

Tipo de atividade	Frequência	Percentual
Praça	2	1,3
Baile	62	40,5
Passeio	23	15,0
Viagem	7	4,6
Clube	1	0,7
Jogos	54	35,3
Outros	4	2,6
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Pra 40,5% dos entrevistados a atividade de lazer preferida é o baile.

Tabela 35 - Quão satisfeito(a) você está com a qualidade de vida

Categorias	Frequência	Percentual
Nem satisfeito/nem insatisfeito	2	1,3
Satisfeito	66	43,1
Muito satisfeito	85	55,6
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 36 - Em geral, quão satisfeito(a) você está com a sua vida

Categorias	Frequência	Percentual
Nem satisfeito/nem insatisfeito	2	1,3
Satisfeito	60	39,2
Muito satisfeito	91	59,5
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 39,2% responderam que estão satisfeitos com a vida.

Tabela 37 - Satisfação com a saúde

Categorias	Frequência	Percentual
Nem satisfeito/nem insatisfeito	5	3,3
Satisfeito	74	48,4
Muito Satisfeito	74	48,4
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 48,4% responderam que estão satisfeitos com a saúde.

Tabela 38 - Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de sua família

Categorias	Frequência	Percentual
Nem satisfeito/nem insatisfeito	1	0,7
Satisfeito	73	47,7
Muito satisfeito	79	51,6
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 47,7% responderam que estão satisfeitos com o apoio que recebem da família.

Tabela 9 - Quão satisfeito(a) estão com o apoio que você recebe dos amigos

Categoria	Frequência	Percentual
Nem satisfeito/nem insatisfeito	3	2,0
Satisfeito	74	48,4
Muito insatisfeito	76	49,7
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 48,4% responderam que estão satisfeitos com o apoio que recebem dos amigos.

Tabela 40- Suas crenças pessoais dão sentido a sua vida

Categoria	Frequência	Percentual
Nada	1	0,7
Mais ou menos	4	2,6
Bastante	140	91,5
Extremamente	8	5,2
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 91,5% afirmam que suas crenças dão sentido a sua vida.

Tabela 41 - Em que medida suas crenças pessoais lhe dão força para enfrentar dificuldades

Categorias	Frequência	Percentual
Nada	1	0,7
Mais ou menos	4	2,6
Bastante	142	92,8
Extremamente	6	3,9
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados 92,8% afirmam que suas crenças pessoais lhe dão força para enfrentar as dificuldades da vida.

Tabela 42 - Em que medida suas crenças pessoais lhe ajudam a entender as dificuldades da vida

Categoria	Frequência	Percentual
Nada	2	1,3
Mais ou menos	3	2,0
Bastante	141	92,2
Extremamente	7	4,6
Total	153	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Na opinião dos entrevistados 92,2% afirmam que suas crenças pessoais lhe ajudam bastante a entender as dificuldades da vida. Na Tabela 42 apresenta-se a estatística descritiva das questões 26 questões que tratam da qualidade de vida.

Tabela 43 - Estatística descritiva das variáveis referentes a qualidade de vida

Questão	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Valor mínimo	Valor máximo	Amplitude
Q1	3.82	0.51	13.25	2	5	3
Q2	3.94	0.46	11.73	1	5	4
Q3	3.82	0.51	13.25	2	5	3
Q4	3.94	0.46	11.73	1	5	4
Q5	1.08	0.34	31.06	1	3	2
Q6	1.24	0.70	56.21	1	5	4
Q7	3.95	0.76	19.23	1	5	4
Q8	4.04	0.32	7.97	3	5	2
Q9	4.05	0.32	7.90	2	5	3
Q10	2.50	0.74	29.74	1	5	4
Q11	2.44	0.85	34.84	1	4	3
Q12	1.04	0.28	26.77	1	4	3
Q13	1.30	0.69	52.98	1	5	4
Q14	1.81	0.48	26.69	1	4	3
Q15	1.14	0.41	36.45	1	4	3
Q16	3.00	0.58	19.50	1	5	4
Q17	3.50	0.78	22.24	1	5	4
Q18	2.69	0.83	30.80	1	5	4
Q19	4.54	0.53	11.57	3	5	2
Q20	4.58	0.52	11.37	3	5	2
Q21	4.45	0.56	12.61	3	5	2
Q22	4.51	0.51	11.41	3	5	2
Q23	4.48	0.54	12.04	3	5	2
Q24	4.01	0.37	9.28	1	5	4
Q25	3.99	0.35	8.85	1	5	4
Q26	3.99	0.43	10.76	1	5	4

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2.2 Análise dos Domínios

Na Tabela 44 apresenta-se a estatística descritiva dos domínios que tratam da qualidade de vida.

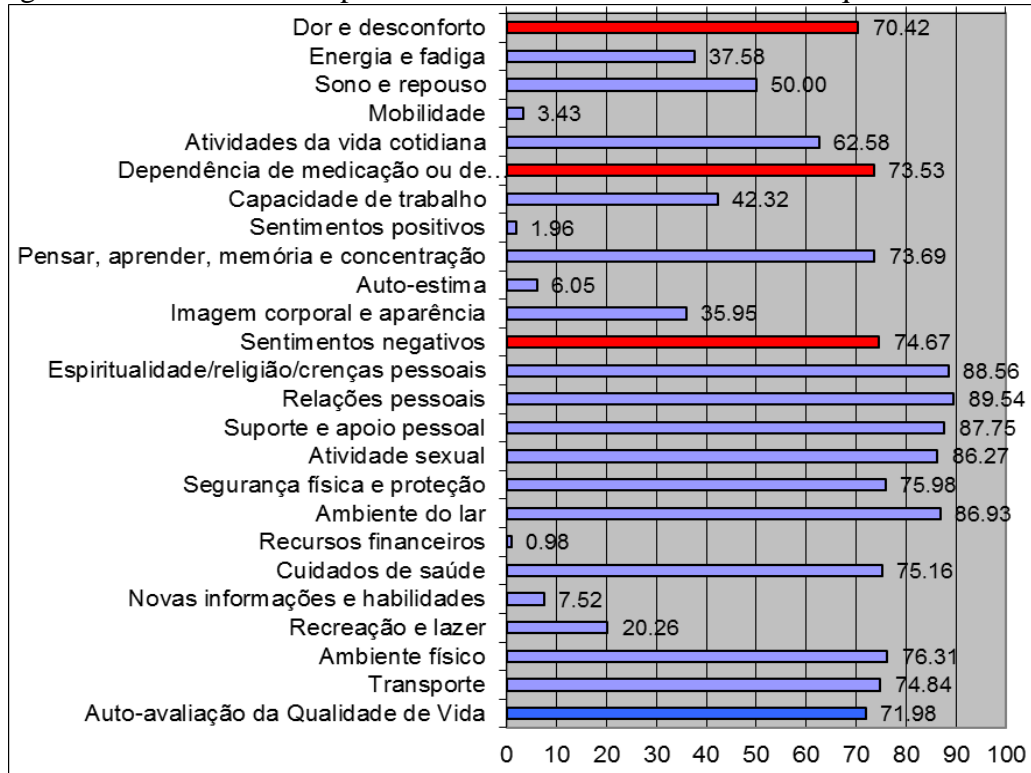
Tabela 10 - Estatística descritiva dos domínios

Domínios	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Valor mínimo	Valor máximo	Amplitude
Físico (PHYS)	9.76	0.98	10.02	6.86	14.29	7.43
Psicológico (PSYCH)	10.17	0.95	9.32	6.67	13.33	6.67
Relações Sociais (SOCIAL)	18.06	1.85	10.27	14.67	20.00	5.33
Meio Ambiente (ENVIR)	12.36	0.62	4.99	9.00	14.50	5.50
Auto-avaliação da QV	15.52	1.62	10.46	6.00	20.00	14.00
TOTAL	12.06	0.52	4.32	10.92	13.69	2.77

Fonte: Elaborado pelo autor

Na Figura 7, apresenta-se o percentual da representatividade dos diversos itens na qualidade de vida.

Figura 7 – Percentual da representatividade dos diversos itens na qualidade de vida



Fonte: Elaborado pelo autor

Observando-se a Figura 7, os itens de maior representatividade na qualidade de vida dos assentados que participaram da pesquisa foram: relações pessoais (89,54%), seguido de espiritualidade/religião/crenças pessoais com (88,56%) e, o menor foi recursos financeiros com 0,98%.

4.2.3 Confirmação dos Domínios através da Análise Fatorial

Na Tabela 45, apresenta-se o resultado do teste KMO e teste de Bartlett, os quais confirmam o grau de relacionamento entre as variáveis que compõem os domínios representativos da qualidade de vida.

Tabela 11 - Resultado KMO e do Teste de Bartlett

Teste	Valor Encontrado	
KMO	0,694	
Teste de esfericidade de Bartlett	Qui-quadrado	1912,804
	Significância	0,000*

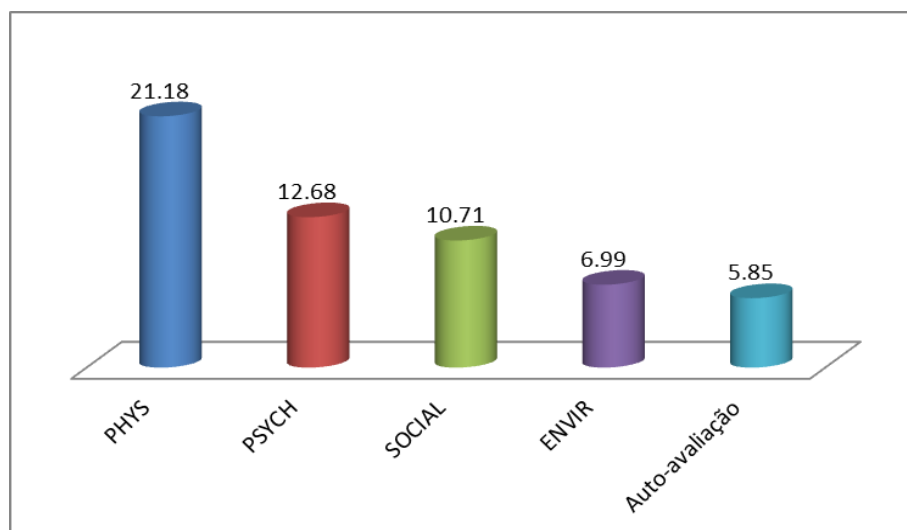
*p<0,001 - Fonte: Dados da pesquisa do relatório do SPSS(2013)

Tabela 46 - Fatores associados às raízes características maiores do que a unidade

Fatores	Raiz Característica (autovalores)	% da Variância Total explicada pelo Fator	% Acumulada da variável total explicada
PHYS	5,083	21,181	21,181
PSYCH	3,043	12,678	33,859
SOCIAL	2,571	10,713	44,572
ENVIR	1,677	6,989	51,561
Auto avaliação	1,405	5,853	57,414

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se, então, que 57,41% da variância total das variáveis originais, são explicadas pelos cinco domínios, representando um bom grau de conservação da informação original. Na Figura 9 encontra-se o percentual da variância total explicada pelos domínios.



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 9 - Representação do % da Variância Total explicada pelos Domínios

A matriz fatorial rotada VARIMAX obtida está apresentada na Tabela 46 e, as cargas fatoriais (correlação entre as variáveis iniciais e os domínios, que são os fatores).

Tabela 12 - Resultado da Matriz Rotacionada

Questões	Domínios				
	PHYS	PSYCH	SOCIAL	ENVIR	Auto Avaliação
Q1					0,822
Q2					0,671
Q3	0,529				
Q4	-0,554				
Q5		0,569			
Q6		0,638			
Q7		0,800			
Q8				0,682	
Q9				0,674	
Q10					
Q11		0,729			
Q12				-0,674	
Q13				0,689	

Q14			0,702
Q15	0,599		
Q16	0,572		
Q17	0,758		
Q18	0,767		
Q19		0,821	
Q20			0,799
Q21			0,849
Q22			0,944
Q23			0,958
Q24			0,839
Q25			0,822
Q26		0,671	

Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, pode-se concluir que os itens ficaram distribuídos de acordo com os domínios, sendo que o domínio com maior participação na explicação da variabilidade dos itens foi o PHYS (Físico) com 21,181% seguido do PSYCH (Psicológico) com 12,678%, do SOCIAL com 10,71%, do ENVIR (Meio Ambiente) com 6,99% e de Auto-Avaliação da Qualidade de com 5,85%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo são apresentadas as conclusões da pesquisa de acordo com os objetivos propostos, bem como as recomendações para trabalhos futuros.

O objetivo principal da pesquisa era analisar os Assentamentos de Júlio de Castilhos, RS, Ramada, Alvorada e Santa Júlia, do Movimento dos Sem Terra, e as suas implicações sociais, ambientais e a qualidade de vida dos assentados, foi atingido plenamente como pode ser observado no capítulo sobre os resultados.

Em relação aos objetivos específicos, pode-se concluir que:

- Quanto a identificação da percepção dos assentados quanto o uso dos recursos naturais nos assentamentos, bem como a preocupação com o ambiente em que vivem, foi contemplado no item 4.1 sobre o relato dos assentados entrevistados, onde pode-se observar que eles se preocupam com a conservação do meio ambiente.
- Verificou-se que existe diferença significativa na renda familiar entre os três assentamentos e a diferença significativa para $p < 0,05$ é entre a média salarial do Assentamento Alvorada (R\$ 2.704,26) e a média salarial do Assentamento da Ramada (R\$ 4.347,76).
- Pode-se concluir que o item que tem maior representatividade na qualidade de vida dos assentados que participaram da pesquisa relações pessoais (89,54), seguido de Espiritualidade/religião/crenças pessoais com (88,56%) e o menor foi recursos financeiros com 0,98%.
- Verificou-se que o domínio com maior participação na explicação da variabilidade dos itens foi o PHYS (Físico) com 21,181% seguido do PSYCH (Psicológico) com 12,678%, do SOCIAL com 10,71%, do ENVIR (Meio Ambiente) com 6,99% e de Auto-Avaliação da Qualidade de com 5,85%.

Sugere-se a realização da pesquisa em outros assentamentos do Estado, para que se possa realizar uma comparação entre os assentamentos de microrregiões diferentes para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLUM, R. **Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática**. In: TEDESCO, J.C.. (Org) Agricultura Familiar: Realidade e Perspectivas. Passo Fundo/RS: EDIUPF, 1999. Capítulo 2.
- BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BUTH, F. **As Estratégias de Reprodução no Assentamento Ramada em Júlio de Castilhos**, RS. 2005, 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,
- CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento como princípio educativo**. Estudos Avançados, 15 (43), 2001.
- _____, R.S. **Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CALONGA, S.A.T. **Movimento Messiânico do Contestado**, Oracula 4. 8 agosto, 2008. p.58.
- CARDOSO, F.H. **“Classes sociais e história: considerações metodológicas”**. In: CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e democracratização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- COMPARATO, B. Konder. **A Ação Política do MST**, São Paulo. Vol. 15, nº 4, oct/dec.2001.
- COSTA, F. **Terra de Vila Rica: Contribuição ao Estudo da História do Município de Júlio de Castilhos**, 1 ed. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1991, 480p.
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2007.
- CRESWELL, John; CLARK, Vicki Lynn Plano. **Designing and Conducting Mixed Research Methods**. Sage Publications, 2011.
- CUNHA, E., (1902 **Os Sertões Campanha de Canudos, (1902)**, 2ª ed. Cotia, São Paulo, Ateliê Editorial, 2001. p.679.
- DEMATTEIS, Giuseppe. II tessuto delle cento città. In: COPPOLA, P. (org). Geografia política delle regioni italiane, Torino: Einaudi, 1997. P. 192-229.
- FERNADES, B. M. **27 Anos do MST em luta pela terra**. In: FERRANTE, V.L.S.B; 1999.
- _____, **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro** Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999), tese de doutorado, USP. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de Geografia, 1999.
- _____, **MST formação e territorialização** . São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____, **Movimento Social como categoria geográfica**. São Paulo. Revista Terra Livre: Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. nº 15, p. 59 – 85, 2000.
- _____, **O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula**. 1/10p.Maio – Agosto 2003.
- FERREIRA, A.B. **Nos Campos da Vacaria: Origem História e Árvores Genealógicas**. Campo Grande: DEZ, 1993.
- FREI, Beto, **OSPBB Introdução à Política Brasileira**, 16. ed. São Paulo: Ática, 1992.

- FUNARI, A.P.P. **A República de Palmares e a Arqueologia da Serra da Barriga**. São Paulo, Revista USP, 28 6-13, 1996 p. 01,02.
- GONÇALVES NETO, W.. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 245 p.
- GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUSTIN, Miracy Barboza de Souza; VIEIRA, Margarida L.M.. **Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil**. Contagem: Palesa, 1995.
- GUSTIN, Miracy Barboza de Souza; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte, Del Rey, 2002.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IOKOI, Z. M Gricoli. **As Lutas Camponesas no Rio Grande do Sul e a Formação do MST** Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 11, nº 22, pp. 49-70, mar. . Re 91/ago91.
- LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A.. **Técnicas de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LAUREANO, D. S. **O MST e a Constituição Um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil**. – 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 232p.
- LOPES, E. S. A. **Um balanço da luta pela terra em Sergipe – 1985/2005**, Scientia Plena, vol. 3, num 1, p.6-17.2007.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MANÇANO, B. Fernandes. **A Formação do Mst no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MARTINS, J. DE Sousa. **O Cativoiro da Terra**. São Paulo: HUCITEC. 1980.157p.
- _____, **A Reforma Agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso**. Tempo soc. Vol. 15 nº 2 São Paulo, Nov. 2003.
- MEDEIROS, L.S. de. **Reforma Agrária no Brasil**. História e atualidade da luta pela terra. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, v. 1, 2003. 104p. (Coleção Brasil Urgente).
- MOREIRA, V.S, & De DAVID, C. **Assentamentos Rurais: Novos Territórios no Espaço Agrário do Município de Júlio de Castilhos – RS**, 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisas – ENGRUP, São Paulo, pp. 489-508, 2008.
- MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- NAVARRO, Z.. **Mobilização sem emancipação - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil**. In: Sousa, Boaventura de. **Another Production Is Possible. Beyond the Capitalist Canon**. London: Verso Editions, 2006.
- OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 13ª ed., São Paulo: contexto, 2005. 128p. (Coleção Repensando a Geografia).
- REIS. C.R.; PIROLO dos, **A concentração fundiária no Município de Sidrolândia/MS e a implantação dos primeiros Assentamentos Rurais**, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2010.

- _____, **Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária** Estudo. Av. vol. 15 nº 43 São Paulo Sept/Dec. 2001.
- Pereira, Rivadavia S.. **A Estatística e Suas Aplicações**. Porto Alegre: Edição do Autor, 1979.
- SANTOS. M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____, **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____, **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SAQUET, M.A. **Abordagens e Concepções de Território**. 1ª ed., 2007. Editora Expressão Popular.
- SOUZA, J.M. M. de. **Do acampamento ao assentamento: um estudo da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe**. 2009. 384f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe – UFS. São Cristovão. 2009.
- STÉDILE, J.P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular. 2005. 304 p.
- _____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo. Atual, 1997. 71p.
- STÉDILE, J.P.; FERNANDES, B.M. **Terra no Brava Gente: A Trajetória do MST e a luta pela Brasil**. 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012 176p.
- _____, J.P. Org. **História e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- The WHOQOL Group. World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from World Health Organization. Soc Sci Med. 1995;41(10):1403-9.
- WHITAKER, D.C.A. Brasília: MDA; São Paulo: UNIARA, 2008, P. 27-51.

ANEXO – 01

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS- WHOQOL-Bref

Prezado (a):

Esta pesquisa tem como objetivo identificar a relação existente entre o Movimento sem Terra e a Qualidade de Vida dos assentados No Município de Júlio de Castilhos.

Muito obrigado pela participação.

INFORMAÇÕES SÓCIO DEMOGRÁFICAS

I - PERFIL

1. Sexo: 1. () Masculino 2. () Feminino
2. Idade: _____
3. Estado Civil atual:
 1. () Solteiro (nunca casou); 2. () Casado; 3. () Vivendo maritalmente; 4. () Separado/Divorciado (sem companheiro atual); 5. () Viúvo
- 3.1 Há quanto tempo? _____
4. Mais alto nível de escolaridade alcançado:
 1. () Ensino Fundamental; 2. () Ensino Médio; 3. () Curso Técnico; 4. () Curso Superior;
 5. () Analfabeto (incapaz de ler ou escrever)
- 4.1 Outra: _____
5. Qual era a sua ocupação anterior? _____
6. Em comparação a outras pessoas da sua idade, como você classifica a sua situação financeira e bens (posses)?
 1. () Bem acima da média; 2. () Levemente acima da média; 3. () Na média;
 4. () Levemente abaixo da média; 5. () Bem abaixo da média
7. Qual a sua renda em reais? _____
8. Quantos filhos você tem?(quantos) _____
9. Você se considera, de um modo geral, uma pessoa saudável ou doente?
 1. () Saudável; 2. () Doente
10. Por favor, dê detalhes de qualquer problema de saúde que você tenha que possa interferir com sua qualidade de vida. _____

11. Caso você tenha algum problema de saúde, você usa medicação em função dele?

1. () Sim 2. () Não

12. Qual sistema de saúde que utiliza? _____

13. Você fuma cigarros?

1. () Fumante; 2. () Ex-fumante; 3. () Nunca fumou

14. Quão frequentemente você consome bebida alcoólica?

1. () Diariamente; 2. () Muitas vezes na semana; 3. () Aproximadamente uma vez por semana
4. () Aproximadamente duas vezes por mês; 5. () Uma vez por mês ou menos; 6. () Nunca

II - QUALIDADE DE VIDA

15. O quanto você aproveita a vida?
 1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
16. O quanto você se valoriza?
 1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
17. O quanto algum sentimento de depressão lhe incomoda?
 1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
18. Quão sozinho você se sente na vida?
 1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
19. Você acha que vive em um ambiente seguro?
 1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
20. Que confortável é o lugar onde você mora?
 1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
21. O quanto você gosta de onde mora?

1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
22. Você tem dificuldades financeiras?
1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
23. Quão facilmente você tem acesso a bons cuidados médicos?
1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
24. Quão preocupado(a) você está com o barulho na área que você vive?
1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
25. Em que medida você tem problema com transporte?
1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
26. Que meio de transporte você usa?
1. () Ônibus; 2. () Carro; 3. () Táxi; 4. () Outros
27. O quanto às dificuldades de transporte dificultam sua vida?
1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
28. Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?
1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
29. Em que medida você tem oportunidade de atividades de lazer?
1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
30. Onde você costuma ter atividades de lazer?
1. () Praça; 2. () Baile; 3. () Passeio; 4. () Viagem; 5. () Clube; 6. () Jogos
7. () Outros : _____
31. Quão satisfeito(a) você está com a qualidade de vida?
1. () Muito insatisfeito; 2. () Insatisfeito; 3. () Nem satisfeito/nem insatisfeito; 4. () Satisfeito
5. () Muito satisfeito
32. Em geral, quão satisfeito(a) você está com a sua vida?
1. () Muito insatisfeito; 2. () Insatisfeito; 3. () Nem satisfeito/nem insatisfeito; 4. () Satisfeito
5. () Muito satisfeito
33. Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?
1. () Muito insatisfeito; 2. () Insatisfeito; 3. () Nem satisfeito/nem insatisfeito; 4. () Satisfeito
5. () Muito satisfeito
34. Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de sua família?
1. () Muito insatisfeito; 2. () Insatisfeito; 3. () Nem satisfeito/nem insatisfeito; 4. () Satisfeito
5. () Muito satisfeito
35. Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?
1. () Muito insatisfeito; 2. () Insatisfeito; 3. () Nem satisfeito/nem insatisfeito; 4. () Satisfeito
5. () Muito satisfeito
36. Suas crenças pessoais dão sentido a sua vida?
1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
37. Em que medida suas crenças pessoais lhe dão força para enfrentar dificuldades?
1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente
38. Em que medida suas crenças pessoais lhe ajudam a entender as dificuldades da vida?
1. () Nada; 2. () Muito pouco; 3. () Mais ou menos; 4. () Bastante; 5. () Extremamente